

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

APOIO E REJEIÇÃO À ULTRADIREITA

Estudo comparado sobre Argentina,
Brasil e Chile

**Cristóbal Rovira Kaltwasser,
Gonzalo Espinoza, Carlos Meléndez,
Talita Tanscheit, Lisa Zanotti**
Outubro 2024



Dados recentes da Argentina, Brasil e Chile indicam que 30% do eleitorado é favorável e 60% é contrário à ultradireita. Apesar de sua ascensão, amplos segmentos se opõem a ela.



Em termos sociodemográficos, apoiadores e opositores da ultradireita apresentam diferenças significativas, e é preciso ter muito cuidado antes de realizar generalizações. Uma das poucas semelhanças é que a população evangélica está sobrerrepresentada entre os seus apoiadores.



Os eleitores de ultradireita se caracterizam por ter baixa adesão pela democracia, posições conservadoras em relação ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, posições fortes a favor do livre mercado e de medidas mais severas contra o crime.

Índice

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	METODOLOGIA	6
3.	APOIO E REJEIÇÃO À ULTRADIREITA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE	8
4.	CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAQUELES QUE APOIAM E REJEITAM A ULTRADIREITA	19
5.	CARACTERÍSTICAS IDEOLÓGICAS DAQUELES QUE APOIAM E REJEITAM A ULTRADIREITA	14
6.	RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA E A INFORMAÇÃO POLÍTICA ENTRE ENTRE AQUELES QUE APOIAM E REJEITAM A ULTRADIREITA	34
7.	CONCLUSÕES	40
	REFERÊNCIAS	43

1.

INTRODUÇÃO

Até não muito tempo atrás, o fenômeno da ultradireita era observado na América Latina como algo distante e que acontecia na Europa. De fato, desde a década de 1990, foi crescendo gradualmente, ao longo de todo o continente europeu, o apoio à forças de direita populista radical, caracterizadas principalmente por uma agenda contrária à imigração (Mudde, 2007; 2013). Enquanto isso, na América Latina, a década de 2000 foi marcada por um giro à esquerda, seguido posteriormente pela ascensão de atores de centro-direita, como Sebastián Piñera no Chile e Mauricio Macri na Argentina. Neste contexto, a região parecia praticamente desprovida de figuras de ultradireita. Esta realidade modificou-se nos últimos anos e levantou a questão de se a América Latina também está começando a experimentar uma onda de ultradireita. Talvez o primeiro sinal de alerta tenha sido a eleição de Donald Trump à presidência dos EUA em 2016, sendo o mais significativo para a América Latina a chegada ao poder de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018. Embora Bolsonaro não tenha sido reeleito em 2022, ele obteve um considerável apoio eleitoral (43% no primeiro turno e 49% no segundo turno). Além disso, líderes com agendas de ultradireita estão ganhando força em vários países da região. São exemplos de destaque os presidentes Nayib Bukele em El Salvador e Javier Milei na Argentina, ao mesmo tempo em que José Antonio Kast no Chile e Rafael López Aliaga no Peru tem mantido sólidas bases de apoio.

Apesar do crescimento paulatino das forças de ultradireita na América Latina, a quantidade de pesquisas acadêmicas e dados empíricos comparativos a respeito é ainda muito limitada. Essas forças políticas compartilham uma agenda conservadora em questões morais e defendem políticas severas contra a criminalidade (Rovira Kaltwasser, 2023a; 2023b). Não obstante, também existem diferenças significativas entre a ultradireita, tanto nas trajetórias ideológicas de seus líderes e suas organizações partidárias quanto nos enfoques programáticos que estes atores promovem. Jair Bolsonaro, por exemplo, é um militar com uma longa trajetória no Congresso brasileiro, cujo período na presidência (2019-2022) caracterizou-se não apenas por posições de ultradireita, mas também por uma relação altamente conflitiva com o sistema político democrático (Rennó, 2023). Em contraste, José Antonio Kast é um político profissional da alta hierarquia de um partido de direita convencional, a União Democrática Independente (UDI), para posterior-

mente fundar uma nova organização de ultradireita, o Partido Republicano, a partir do qual desenvolve uma crítica tanto à esquerda quanto à centro-direita chilenas (Zanotti, 2023). Por sua vez, Javier Milei se destaca como um político “outsider” que ganhou reconhecimento graças a um discurso disruptivo de tendências autoritárias que combina ideias libertárias e populistas, embora também adote posições conservadoras em questões morais de maneira oportunista (Vommaro, 2023).

Para além das diferenças entre esses três líderes, a ultradireita conseguiu mobilizar uma grande parte do eleitorado em seus respectivos países. Porém, até o momento, temos escassa informação empírica para determinar as semelhanças e diferenças entre aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam as forças de ultradireita na América Latina. O presente documento pretende preencher essa lacuna oferecendo uma análise do perfil dos eleitores favoráveis e contrários à ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile. A análise apresentada se baseia em pesquisas de opinião pública realizadas no final de 2023 nesses três países. Um questionário foi elaborado especificamente para esse fim, incluindo uma série de perguntas usadas em estudos empíricos aplicados a nível global para analisar a ultradireita em uma perspectiva comparada. O restante deste documento está dividido em seis seções.

A primeira seção contém informações sobre as pesquisas de opinião pública realizadas, aplicadas de forma presencial e representativas da população em idade de votar nos respectivos países. A segunda seção oferece uma breve explicação sobre a importância de estudar não apenas aqueles que apoiam, mas também aqueles que rejeitam a ultradireita, incluindo dados comparativos para Argentina, Brasil e Chile. A terceira seção apresenta dados sociodemográficos comparativos (idade, sexo, nível socioeconômico, religiosidade e distribuição geográfica). A quarta seção analisa uma série de dados sobre as preferências ideológicas dos eleitores favoráveis e contrários à ultradireita nesses três países, examinando temas relativos à questões morais, criminalidade, Estado versus mercado, imigração e antifeminismo, entre outros. Na quinta seção, a análise continua com uma revisão dos dados sobre as preferências quanto ao regime democrático, incluindo evidência sobre as fontes de informação política daqueles que apoiam e rejeitam a ultradi-

reita na América Latina, como o consumo de redes sociais e serviços de mensagens de texto. Finalmente, esta publicação é concluída com uma breve discussão dos principais achados desta pesquisa, com ênfase no debate acadêmico global sobre a expansão das forças de ultradireita e o seu impacto sobre a democracia.

2.

METODOLOGIA

Para analisar as diferenças e semelhanças entre aqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita, foi elaborado um questionário com uma série de itens que medem diversas percepções e preferências do eleitorado na Argentina, Brasil e Chile. No total, foram incluídas 112 perguntas para estudar as características sociodemográficas e ideológicas do eleitorado nesses países, assim como suas preferências em uma série de temas. Os itens utilizados provêm de questionários realizados na América Latina e em outras partes do mundo, que foram validados para analisar as posições do eleitorado de ultradireita em uma perspectiva comparada.

Para garantir a qualidade dos dados, todas as pesquisas foram realizadas pessoalmente, em residências, com amostras representativas da população em idade de votar. A Tabela 1 mostra os dados da ficha técnica das pesquisas realizadas na Argentina, no Brasil e no Chile. O número total de pessoas entrevistadas varia de acordo com o tama-

no da população de cada país. A amostra da Argentina compreende 1.821 casos, a do Brasil 2.011 casos e a do Chile 1.488 casos. Para reduzir ao máximo a variância de erro e melhorar a comparação entre os casos, todas as pesquisas foram elaboradas com uma margem de erro entre 2,2% e 2,7%, considerando uma variância máxima, e 95% de intervalo de confiança (Argentina 2,3%, Brasil 2,2% e Chile 2,7%). As pesquisas foram elaboradas para que os entrevistados pudessem respondê-las em aproximadamente 35 minutos. O levantamento de dados foi efetuado na Argentina entre 22 de setembro e 6 de outubro de 2023 (o trabalho de campo terminou um pouco antes do primeiro turno da eleição presidencial), no Brasil entre 30 de novembro e 15 de dezembro de 2023, e no Chile entre 18 de outubro e 16 de dezembro de 2023 (com o trabalho de campo terminando um pouco antes do plebiscito constitucional). A Tabela 1 apresenta um resumo com informações relevantes das pesquisas aplicadas nos países em questão.

TABELA 1

FICHA TÉCNICA DAS PESQUISAS REALIZADAS NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE

	Argentina	Brasil	Chile
Tamanho da amostra	1.821 casos	2.011 casos	1.488 casos
Universo representado	Argentinos com 16 anos ou mais	Brasileiros com 16 anos ou mais	Chilenos com 16 anos ou mais
Levantamento de dados	22 de setembro a 6 de outubro de 2023	30 de novembro a 15 de dezembro de 2023	18 de outubro a 16 de dezembro de 2023
Relação contato/resposta	36,0% (5.058/1.821)	19,0% (10.584/2.011)	61,7% (2.412/1.488)
Margem de erro	2,3%	2,2%	2,7%
Intervalo de confiança	95%	95%	95%
Idioma	Espanhol	Português	Espanhol
Empresa responsável pelo trabalho de campo	Isonomía Consultores	Quaest	Datavoz

O questionário aplicado é idêntico para os três países e, em linhas gerais, consiste em uma estrutura dividida em quatro grandes blocos. Em primeiro lugar, nas variáveis sociodemográficas estão incluídas perguntas sobre gênero, idade, escolaridade, etnia (categoria raça/cor nas pesquisas realizadas no Brasil) e percepção sobre o próprio posicionamento econômico. Também foram incluídas perguntas sobre a identidade religiosa, a crença na importância de Deus, se frequenta serviços religiosos, e se a própria religião é a única aceitável. Em segundo lugar, entre as variáveis ideológicas, foi incluída a identidade esquerda/direita, a identidade progressista/conservadora e a identificação com um partido político. Da mesma forma, foram estimados cinco indicadores relacionados às posições dos entrevistados sobre diferentes questões de debate público: imigração, firmeza no combate ao crime, conservadorismo moral, percepção do papel do Estado/mercado na economia e antifeminismo. Além disso, foram construídos dois indicadores que expressam emoções positivas em relação ao comunismo e emoções positivas em relação ao neoliberalismo. As últimas variáveis ideológicas são a crença na piora na qualidade de vida, a aceitação da pena de morte, da posse de armas de fogo e de que o respeito à autoridade seja ensinado nas escolas. Em terceiro lugar, apresentamos uma série de perguntas de preferências a diferentes candidatos e figuras políticas, as quais – como explicamos na próxima seção – são úteis para medir o apoio e a rejeição à ultradireita. Em quarto lugar, foram incluídos vários itens para estudar o relacionamento com o regime político, como, por exemplo, perguntas sobre a democracia ser ou não a melhor forma de governo, justificativas para o fechamento do Congresso e a relevância atribuída à diferentes características da democracia. Também foram incluídas várias perguntas sobre informação política, como a frequência de conversas sobre política com amigos, familiares, em redes sociais e em serviços de mensagens de texto, assim como o consumo de informação política em televisão, rádio, redes sociais e serviços de mensagens de texto.

A fim de facilitar a compreensão deste documento, trabalhamos apenas com estatísticas descritivas. Apresentamos os valores para cada país (a posição média de todos os entrevistados) e os valores para aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam a ultradireita. Denominamos aqueles que rejeitam os candidatos de ultradireita como “anti” e aqueles que os apoiam como “pró”. Ainda que os dados coletados permitam a construção de indicadores por meio de técnicas estatísticas mais complexas, optamos por apresentar itens específicos capazes de ilustrar as diferenças e semelhanças entre apoiadores e opositores da ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile.

Para comprovar diferenças estatisticamente significativas, estimamos os testes T de Student de amostras relacionadas ao tratar a comparação entre dois grupos (por exemplo, identidade de gênero). Entretanto, quando lidamos com três grupos ou mais (por exemplo, faixas etárias ou status socioeconômico), usamos a análise de variância (ANOVA). Os valores que incluem um símbolo de asterisco (*) indicam a existência de uma diferença estatisticamente significativa

entre “antis” e “prós” na variável que está sendo testada. Também é necessário fazer uma observação: como estimamos as diferenças estatisticamente significativas em torno da média de respostas, mas apresentamos porcentagens em nossos gráficos, alguns dados podem parecer significativos, embora não o sejam realmente.

3:

APOIO E REJEIÇÃO À ULTRADIREITA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE

A ultradireita tornou-se um fenômeno global sobre o qual há um amplo debate acadêmico. Os estudos existentes tendem a desenvolver uma conceitualização comum, que começa com a distinção entre dois campos políticos dentro da direita: a direita convencional (mainstream right) e a ultradireita (far-right) (Akkerman et al., 2016; Bale & Rovira Kaltwasser, 2021; Mudde, 2019; Rovira Kaltwasser, 2023a; 2023b). Enquanto a primeira se caracteriza por defender ideias de direita de forma relativamente moderada e apoiar as regras do jogo da democracia liberal, a segunda adota posições de direita radicais e mantém uma relação de conflito com a democracia liberal. De fato, existe bastante consenso acadêmico sobre o papel fundamental desempenhado pela direita convencional na consolidação do regime democrático. Como aponta Ziblatt (2017), o destino da democracia está diretamente vinculado à capacidade dos partidos políticos da direita convencional – defensores históricos da riqueza e do privilégio – de se adaptarem programaticamente e enfrentarem o avanço de suas próprias vertentes extremas.

Estudos de política comparada costumam destacar que é possível reconhecer diferentes forças políticas no interior da direita convencional e da ultradireita. Por um lado, a direita convencional abarca partidos conservadores, democratas-cristãos e liberais, que possuem raízes históricas e propostas programáticas próprias (Bale & Rovira Kaltwasser, 2021; Gidron & Ziblatt, 2019). Por outro lado, a ultradireita compreende partidos de direita populista radical e de extrema-direita: os primeiros são nominalmente democráticos, mas criticam certas instituições da democracia liberal (por exemplo, a autonomia dos tribunais de justiça, a independência da mídia e a existência de organismos que não são diretamente eleitos nem controlados pelo povo), enquanto os últimos são abertamente a favor do autoritarismo (Mudde, 2007; 2019). Justamente por causa de sua tendência autoritária, os partidos de extrema-direita costumam ter pouco apoio da cidadania. Já os partidos de direita populista radical têm crescido eleitoralmente, o que em parte se explica por sua capacidade de se apresentar como defensores do “povo” contra “a elite” (Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017) ainda que a evidência empírica mostre que suas propostas pretendem promover reformas com impacto negativo so-

bre a democracia. De fato, a chegada ao poder de forças de direita populista radical implica em um processo gradual de deterioração democrática, especialmente quando estes atores conseguem ser reeleitos e continuam influenciando de forma direta o curso político de um país (Mudde, 2019; Vachudova, 2020; Pirro & Stanley, 2022).

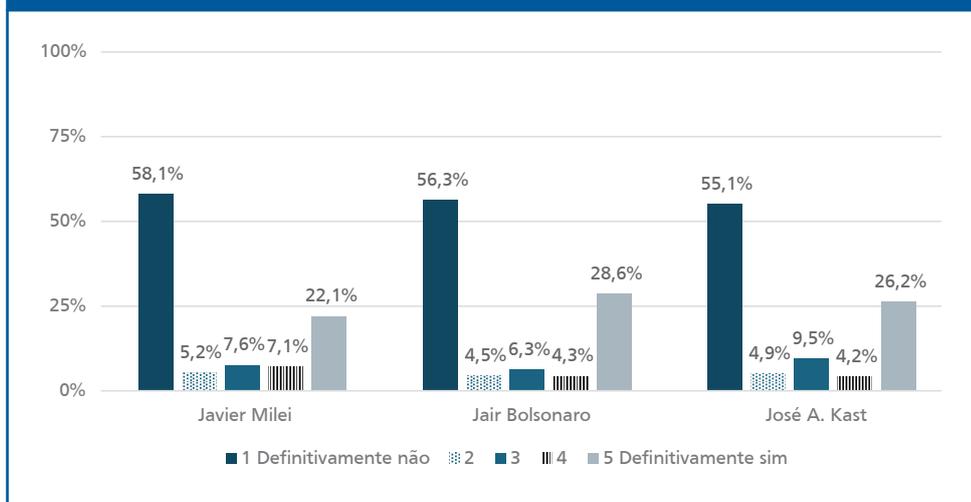
Há uma crescente evidência empírica comparada sobre quem são as pessoas que apoiam as forças de ultradireita. No entanto, tem-se dado menos atenção a quem são os eleitores que se opõem à ultradireita. Uma das teses centrais que nos interessa desenvolver ao longo deste estudo é que, para obter uma imagem precisa do apoio da população à ultradireita na América Latina é preciso estudar os dois lados da moeda: tanto aqueles que são favoráveis quanto aqueles que são contrários à ultradireita. Estudos sobre a Europa Ocidental mostraram que, embora seja verdade que os partidos de direita populista radical cresceram eleitoralmente, mais da metade da população se posiciona contra eles (Meléndez & Rovira Kaltwasser, 2021; Rovira Kaltwasser, 2024; Wegscheider et al., 2023). Desse ângulo, é possível pensar que a ultradireita se caracteriza por gerar a adesão de um segmento específico do eleitorado e, ao mesmo tempo, a antipatia de amplos setores da sociedade.

Com o objetivo de testar essa hipótese para a América Latina, as pesquisas realizadas na Argentina, no Brasil e no Chile levantam a pergunta sobre qual seria a probabilidade de alguém estar disposto a votar nos líderes da ultradireita em seus respectivos países¹. Essa pergunta contempla uma escala que varia de 1 a 5, em que 1 significa que “definitivamente não votaria” e 5 significa que “definitivamente votaria” em Javier Milei na Argentina, Jair Bolsonaro no Brasil ou José Antonio Kast no Chile (Figura 1). Tendo como base as opções dessa escala, categorizamos como

¹ Cabe destacar que este documento de trabalho não foca nas ideias desenvolvidas por esses líderes e sua classificação como exemplos da ultradireita. Aqueles que quiserem analisar essa questão podem consultar os trabalhos da Friedrich-Ebert-Stiftung publicados sobre o assunto para a Argentina (Vommaro, 2023), Brasil (Rennó, 2023) e Chile (Zanotti, 2023), assim como para a América Latina (Rovira Kaltwasser, 2023a; 2023b).

partidários da ultradireita todos aqueles que responderam com as duas opções mais altas da escala, isto é, os valores 4 e 5. Da mesma forma, classificamos como opositores da ultradireita aqueles que se inclinaram para as duas opções mais baixas da escala, isto é, os valores 1 e 2. Por sua vez, deixamos fora da análise tanto aqueles que selecionaram o valor intermediário na escala (3) quanto aqueles que não responderam a esta pergunta.

FIGURA 1
APOIO AOS CANDIDATOS DE ULTRADIREITA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE, 2023



Fonte: Elaboração própria. Valores calculados a partir de uma amostra válida. NS/NR da Argentina corresponde a 90 casos (4,9% da amostra total); do Brasil, 28 casos (1,4% da amostra total); do Chile, 131 casos (8,8% da amostra total).

Como mostra a Figura 1, existem importantes semelhanças entre os casos estudados. Em primeiro lugar, é evidente que os líderes políticos em questão – Javier Milei, Jair Bolsonaro e José Antonio Kast – claramente geram polarização no nível eleitoral: a população tende categoricamente a apoiá-los (valor 5) ou rejeitá-los (valor 1), mas poucos eleitores adotam posições intermediárias (valores 2, 3 e 4). Em segundo lugar, os níveis de apoio à ultradireita são bastante semelhantes: 29% para Javier Milei, 33% para Jair Bolsonaro e 30% para José Antonio Kast. Esta é uma base de apoio significativa, mas que ainda não consegue cativar a metade do eleitorado. Em terceiro lugar, as taxas de rejeição para a ultradireita são praticamente idênticas: 63% para Javier Milei, 61% para Jair Bolsonaro e 60% para José Antonio Kast. Este último ponto parece particularmente importante de se destacar. Grande parte do debate público e acadêmico gira em torno da rápida ascensão eleitoral da ultradireita. No entanto, os dados que fornecemos mostram que há um aspecto que tem recebido pouca atenção: os elevados níveis de animosidade em relação a esses projetos políticos.

Consequentemente, a realidade política latino-americana é bastante parecida à europeia (Meléndez & Rovira Kaltwasser, 2021; Rovira Kaltwasser, 2024; Wegscheider et al., 2023), já que aqui também podemos observar que pouco mais da metade da população na Argentina, no Brasil e no Chile é contrária à ultradireita. Como se trata de um grande setor do eleitorado, cabe esperar que existam diferenças importantes entre eles. Ao mesmo tempo, como aqueles que apoiam a ultradireita são segmentos menores (cerca de um terço da população), é plausível pensar que deveria existir bastante homogeneidade entre eles. Para poder demonstrar esse argumento sobre a heterogeneidade e a homogeneidade entre os que rejeitam e apoiam a ultradireita, as seguintes seções deste documento fornecem uma série de indicadores empíricos que ajudam a examinar a validade dessa colocação. Por sua vez, as análises que apresentamos a seguir também nos ajudam a determinar as semelhanças e diferenças entre aqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile.

4.

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAQUELES QUE APOIAM E REJEITAM A ULTRADIREITA

Para descrever aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam a ultradireita na América Latina, começamos mostrando dados sobre o perfil sociodemográfico desses dois grupos. Observando a composição de gênero, embora não exista diferença substancial entre o apoio de homens e mulheres à ultradireita, tanto na Argentina quanto no Brasil as mulheres rejeitam mais a ultradireita do que os homens. Esse resultado é semelhante ao de outras regiões do mundo, onde foi demonstrado que as forças de ultradireita contam com um apoio mais sólido entre os homens do que entre as mulheres (Harteveld & Ivarsflaten, 2018; Setzler & Yanus, 2018). Contudo, no Chile, há diferenças muito menores no apoio e na rejeição da ultradireita entre homens e mulheres. Isso provavelmente é explicado pelo tipo de retórica e estilo de liderança nesses casos: enquanto Javier Milei e Jair Bolsonaro parecem gerar maior repulsa entre as mulheres, não é de todo evidente que o mesmo se aplique a José Antonio Kast.

Com relação à idade, há uma diferença importante entre Argentina, Brasil e Chile. De fato, o perfil daqueles que apoiam a ultradireita na Argentina é marcadamente jovem (entre 18 e 24 anos de idade), enquanto aqueles que a rejeitam são principalmente mais velhos (acima de 65 anos). No Brasil e no Chile, por outro lado, não há diferenças significativas de idade entre os que apoiam e os que rejeitam a ultradireita. Essa tendência chamou a atenção no triunfo eleitoral de Javier Milei em 2023 e é parcialmente explicada por um voto de punição do segmento mais jovem em relação aos dois grupos políticos que governaram o país na última década, representados no último período pelos governos de centro-direita de Mauricio Macri e de centro-esquerda de Alberto Fernández (Vommaro, 2023).

Em termos educativos, os três países apresentam tendências diversas. O Chile apresenta um perfil homogêneo nos três níveis educacionais entre aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam a ultradireita, enquanto o Brasil e a Argentina diferem em seus perfis “anti” e “pró”. No caso da Ar-

gentina, quanto mais anos de educação, maior a rejeição e menor o apoio à ultradireita. De fato, os anti-Milei só estão sobrerrepresentados entre os que possuem formação universitária. No Brasil, quanto menos anos de estudo, maior a rejeição e menor o apoio à ultradireita. De fato, a maior diferença entre os que apoiam e rejeitam Bolsonaro está no entre os que possuem ensino fundamental.

Outro aspecto importante a ser analisado é o nível socioeconômico (NSE) daqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita na região. A literatura acadêmica sobre a Europa aponta que a relação entre a classe social e o voto na ultradireita é complexa, já que não é tanto o nível de renda como tal o que influencia, mas sim o senso de status social. Em outras palavras, o voto na ultradireita está vinculado àqueles que se sentem perdedores diante das transformações econômicas e sociais, mesmo que não sejam necessariamente pessoas que objetivamente experimentam uma perda de renda (Bustikova, 2020; Gidron & Hall, 2017). Analisando os dados da América Latina, encontramos padrões interessantes. Primeiro, observamos que, na Argentina, o voto “anti” Milei está concentrado na classe média, enquanto o voto “pró” Milei está concentrado na classe baixa. Em segundo lugar, no caso do Brasil, há pouquíssimas diferenças, embora a maior diferença entre o voto a favor e contra Bolsonaro seja encontrada no estrato mais baixo. Por fim, no Chile, observamos que as classes baixa e alta são mais “anti” do que “pró”, enquanto a classe média é mais “pró” do que “anti”.

Em resumo, os dados sociodemográficos revelam que os níveis educacionais e socioeconômicos não necessariamente caminham lado a lado com o apoio e a rejeição à ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile, levantando a necessidade de descobrir em maior profundidade como essa relação se desenvolve na América Latina e quais são os fatores contextuais em cada país de forma específica. A evidência apresentada aqui mostra que existem padrões nacionais que nem sempre são equivalentes e que podem,

em parte, estar ligados às trajetórias daqueles que lideram a ultradireita nos respectivos países, bem como aos padrões de competição política existentes.

Finalmente, a etnia surge como um fator relevante no que diz respeito ao apoio e à rejeição à ultradireita no Brasil. É bastante evidente que o voto “anti” no Brasil está concentrado na população negra (afro-latina em espanhol), enquanto o voto “pró” está concentrado na população branca (caucasiana em espanhol). Esses números coincidem com outros estudos sobre o apoio e a rejeição à ultradireita brasileira e estão ligados ao apoio ao Partido dos Trabalhadores (PT) – principal antagonista da ultradireita – entre os setores mais populares do país (De Micheli, 2023). Entretanto, nem na Argentina nem no Chile há diferenças significativas por etnia nos níveis de apoio e rejeição à ultradireita, o que provavelmente se deve ao fato de a distribuição étnica desses países ser diferente da do Brasil.

TABELA 2
APOIO A CANDIDATOS DE ULTRADIREITA NA ARGENTINA, BRASIL E CHILE
SEGUNDO VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

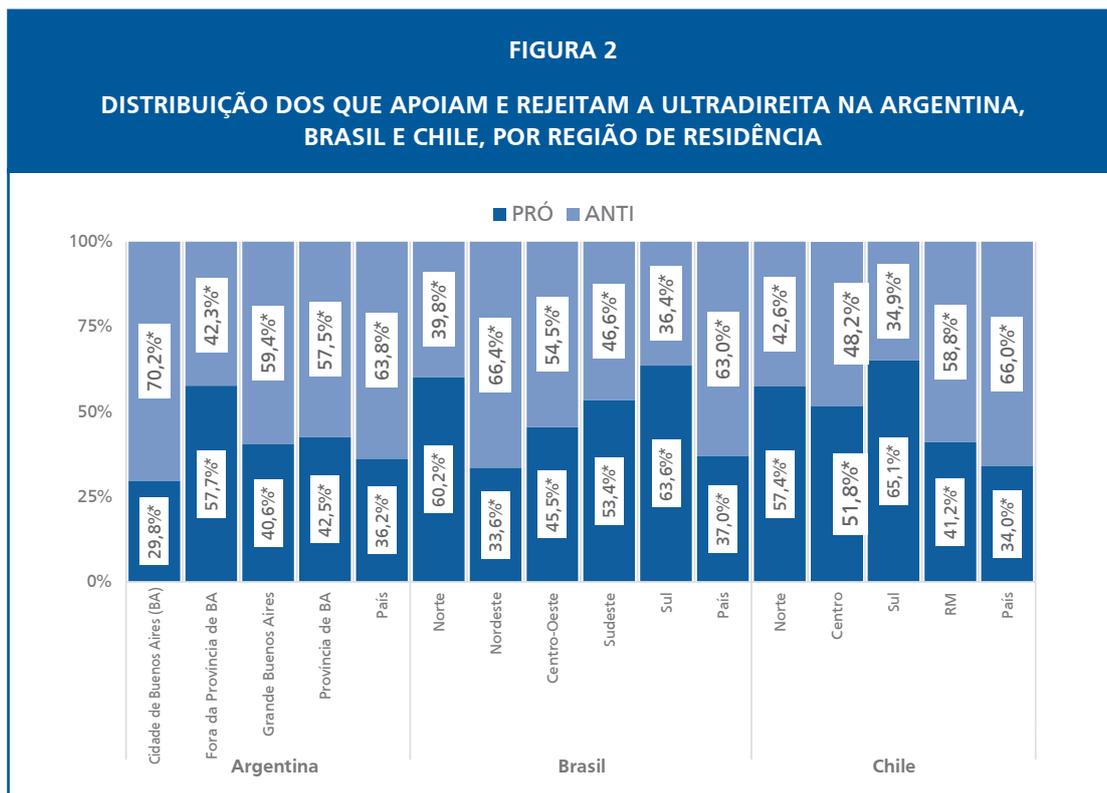
Variável	Categoria	Argentina			Brasil			Chile		
		Anti	Pró	País	Anti	Pró	País	Anti	Pró	País
Gênero	Homem	44,9	52,0	47,8	44,6	51,2	48,0	48,8	49,0	49,2
	Mulher	55,1	48,0	52,2	55,4	48,8	52,0	51,2	51,0	50,8
Idade	18-24 ¹	11,6 ³⁴⁵⁶	26,1 ³⁴⁵⁶	17,0	15,2	11,3	14,1	10,1	14,7	11,9
	25-34 ²	19,2 ³⁴⁵⁶	31,5 ³⁴⁵⁶	23,2	18,7	20,9	20,3	22,3	17,7	20,5
	35-44 ³	20,1 ¹²⁶	17,7 ¹²⁶	19,0	19,9	22,0	20,4	18,8	22,3	20,4
	45-54 ⁴	16,2 ¹²	11,3 ¹²	14,8	17,4	17,4	17,0	16,7	14,5	16,4
	55-64 ⁵	14,8 ¹²	7,9 ¹²	12,5	17,7	17,5	17,2	14,5	15,3	14,5
	65 ou mais ⁶	18,1 ¹²³	5,51 ²³	13,5	11,1	11,0	11,0	17,5	15,6	16,4
Educação	Primária ¹	27,2	28,3	28,0	38,9 ²³	31,9 ²³	36,0	28,4	29,1	28,1
	Secundária ²	50,29	53,6	51,0	48,0 ¹	52,4 ¹	49,4	44,1	45,1	45,5
	Universitária ³	22,6	18,0	21,0	13,1 ¹	15,7 ¹	14,7	27,5	25,8	26,5
NSE	Classe baixa ¹	41,2 ²	50,72	44,2	39,5	37,9	38,9	58,2	53,2	55,8
	Classe média ²	53,9 ¹³	43,2 ¹³	50,2	44,7 ³	51,2 ³	47,4	34,8 ³	38,9 ³	36,6
	Classe alta ³	5,0 ²	6,22	5,6	15,7 ²	11,0 ²	13,7	7,0 ²	7,9 ²	7,6
Etnia	Caucasiana ¹	44,1	45,4	45,0	38,6 ³	48,7 ³	42,6	45,4	48,0	46,3
	Indígena ²	3,0	1,6	2,5	0,5	0,2	0,3	8,1	10,6	8,7
	Afro-latina ³	1,9	1,5	1,6	57,9 ¹	48,1 ¹	54,1	2,3	3,6	2,9
	Outra	51,0	51,3	51,0	2,8	2,9	2,8	44,1	37,6	42,2

Fonte Elaboração própria. Diferença estatisticamente significativa a 95% em **negrito**. Categorias: **Educação**: Fundamental: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto. Ensino médio: ensino médio completo e ensino superior incompleto. Universitária: ensino superior completo e pós-graduação. **Etnia**: caucasiana: branca ou caucasiana (três países); indígena: mapuche e indígena (Chile); indígena (Argentina e Brasil); afro-latina: negra e mulata (Argentina e Chile); preta e parda (Brasil); outra: asiática, mestiça, outra etnia (Argentina e Chile), amarela e outra etnia (Brasil).

Damos sequência à apresentação dos dados sociodemográficos com o perfil geográfico dos que são a favor e contra a ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile (Figura.2). Começando pela Argentina, é evidente a rejeição a Milei na cidade de Buenos Aires, na Grande Buenos Aires e na Província de Buenos Aires. No entanto, quanto mais longe da cidade de Buenos Aires, maior o apoio à ultradireita. Existe uma tendência similar no Chile, onde o menor apoio à ultradireita é encontrado na Região Metropolitana. Tal como acontece na Europa Ocidental, o padrão de apoio e rejeição à ultradireita na Argentina e no Chile parece estar associado ao fato de se viver ou não em grandes cidades (Patana, 2022; Hartevelde et al., 2022a; Arzheimer & Bernemann, 2024).

No Chile, há um apoio muito significativo a Kast no Sul, explicado em parte pela crise de segurança pública e pelo conflito mapuche na região de Araucanía. Por sua vez, observam-se maiores taxas de apoio e menores taxas de rejeição à ultradireita no Norte, o que provavelmente se deve à maior concentração da população migrante nessa área do país. Já o perfil geográfico do Brasil é muito particular e os votos “anti” estão concentrados no Nordeste. Isso se deve ao “cinturão vermelho” do PT, o que torna essa região a menos propensa a votar em Jair Bolsonaro, conforme indicado pela extensa literatura acadêmica sobre esse tópico (van Dyck, 2018; Alves & Hunter, 2017; Limongi & Guarnieri, 2015). Por outro lado, os votos “pró” Bolsonaro estão concentrados no Sul, que é justamente a região com a maior quantidade de pessoas brancas e com os níveis educacionais e socioeconômicos mais altos do país (Layton et al., 2021).

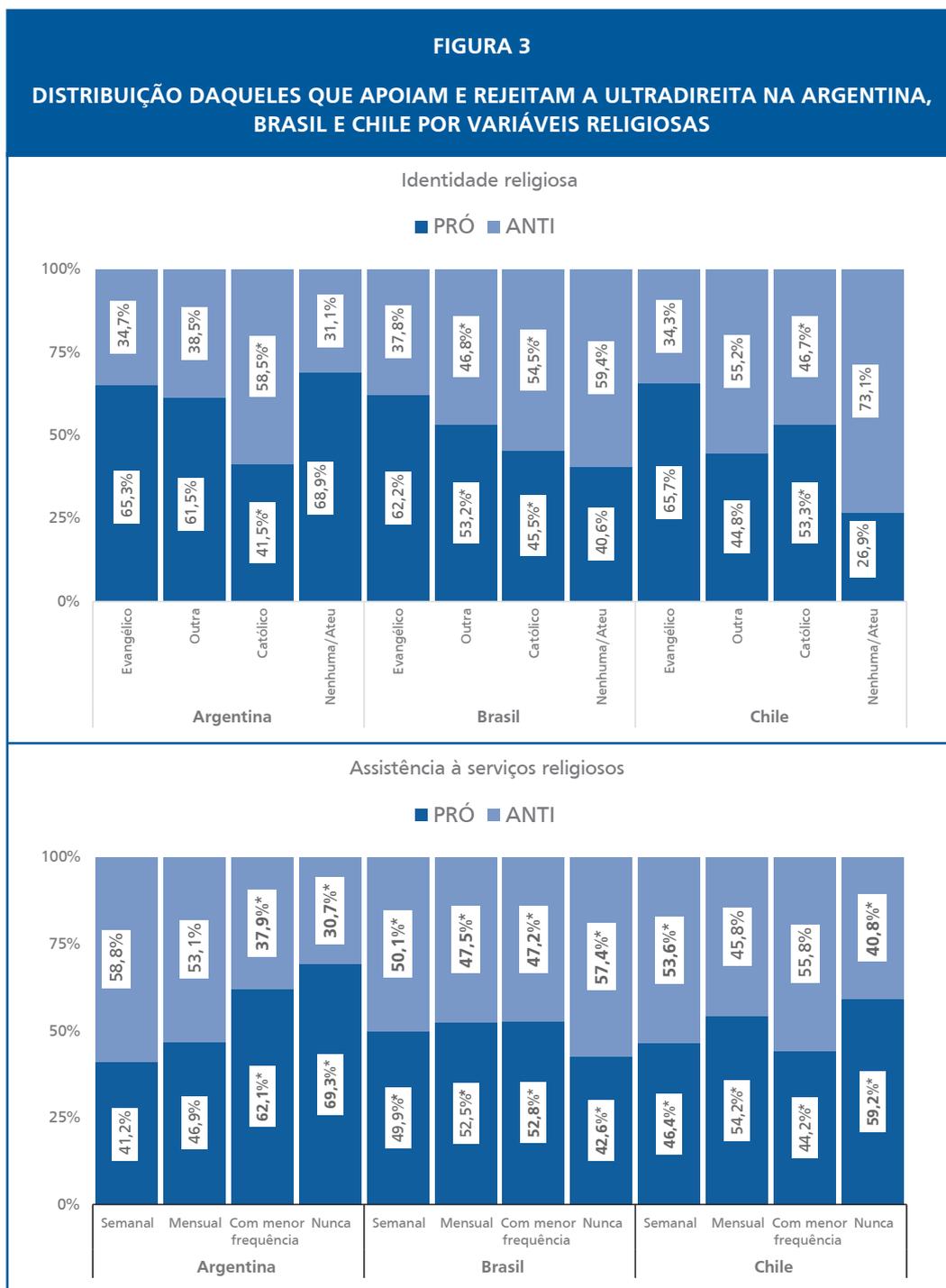
Finalmente, a questão da religião é importante para entender os padrões de apoio e rejeição à ultradireita. De fato, a literatura acadêmica recente aponta que em alguns países latino-americanos pode-se observar uma aproximação entre católicos e evangélicos quando se trata do apoio à ultradireita, enquanto as pessoas não religiosas tendem a ser mais contrárias a esta tendência (Smith & Boas, 2024). A Figura 3 mostra a distribuição de pessoas “anti” e “pró” ultradireita de acordo com variáveis religiosas. Os dados revelam diferenças importantes entre as religiões cristãs. Por um lado, os católicos se opõem à ultradireita de maneira mais significativa do que os evangélicos e, por outro lado, os evangélicos estão sobrerrepresentados no voto “pró” ultradireita nos três países analisados. Ao mesmo tempo, pode-se observar que, no Brasil e no Chile, o voto contra a ultradireita é particularmente forte entre os que são ateus e declaram não ter religião. Na Argentina, por outro lado, notamos que uma grande proporção dos que são a favor da ultradireita são ateus ou descrentes, o que pode ser parcialmente atribuído ao discurso libertário de Javier Milei.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%.

Por sua vez, os estudos sobre a América Latina indicam que é importante examinar não apenas a preferência religiosa das pessoas, mas também sua vinculação com a religião. Depois de analisar estes dados, podemos ver que tanto no Brasil quanto no Chile não há um padrão claro em termos de frequência de assistência à serviços religiosos e apoio ou rejeição à ultradireita: enquanto no Brasil aqueles que nunca frequentam serviços religiosos são, em sua maioria, detratores da ultradireita, no Chile ocorre o contrário. Por sua

vez, na Argentina, observa-se que quanto menos as pessoas frequentam os serviços religiosos, maior é seu apoio e menor é sua rejeição à ultradireita. Isso reforça a ideia de que o discurso de Javier Milei parece cativar um tipo de eleitor mais laico do que os eleitores de Jair Bolsonaro e José Antonio Kast. A comparação desses três casos revela que são necessários mais estudos que correlacionem essas categorias para medir os fatores determinantes da religião no apoio e na rejeição à ultradireita na região.



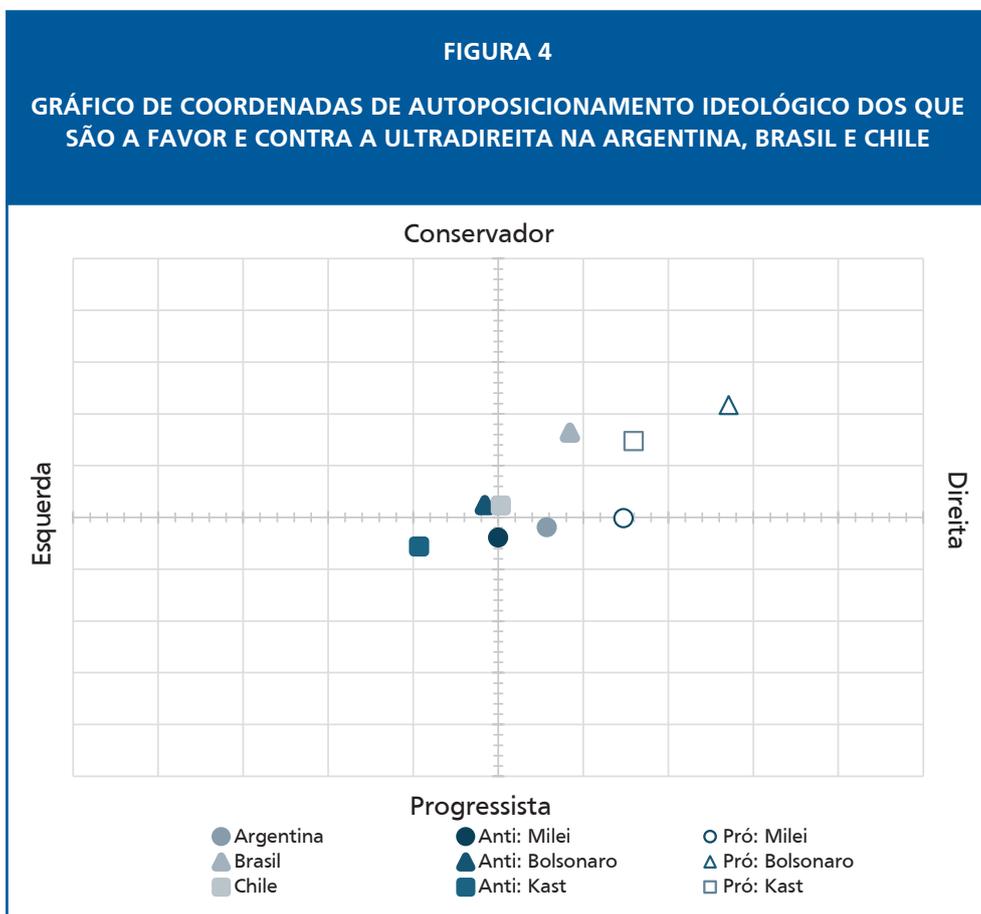
Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. Na pergunta sobre identificação religiosa, o NS/NR corresponde a 1,3% na Argentina (24 pessoas), 0,4% no Brasil (8 pessoas) e 0,9% no Chile (14 pessoas). Na pergunta sobre frequência a serviços religiosos, o NS/NR corresponde a 1,8% na Argentina (32 pessoas), 1,0% no Brasil (21 pessoas) e 1,3% no Chile (20 pessoas).

5.

CARACTERÍSTICAS IDEOLÓGICAS DAQUELES QUE APOIAM E REJEITAM A ULTRADIREITA

Nas análises eleitorais realizadas por meio de pesquisas de opinião pública, existe uma estratégia convencional para mapear ideologicamente os eleitores: perguntar sobre seu autopoicionamento no eixo esquerda-direita e no eixo conservador-progressista. Nas pesquisas realizadas utilizamos estas perguntas de autopoicionamento ideológico utilizando escalas de 1 a 10, onde 1 equivale a posições de esquerda/progressistas e 10 equivale a posições de di-

reita/conservadoras. Os resultados podem ser observados na Figura 4, que é um quadrante ortogonal composto por ambas as perguntas. Dessa forma, podemos posicionar as médias ideológicas dos países estudados, assim como as médias daqueles que apoiam e rejeitam os candidatos de ultradireita nas respectivas arenas políticas. Ao observarmos essa figura, achamos relevante destacar três pontos.



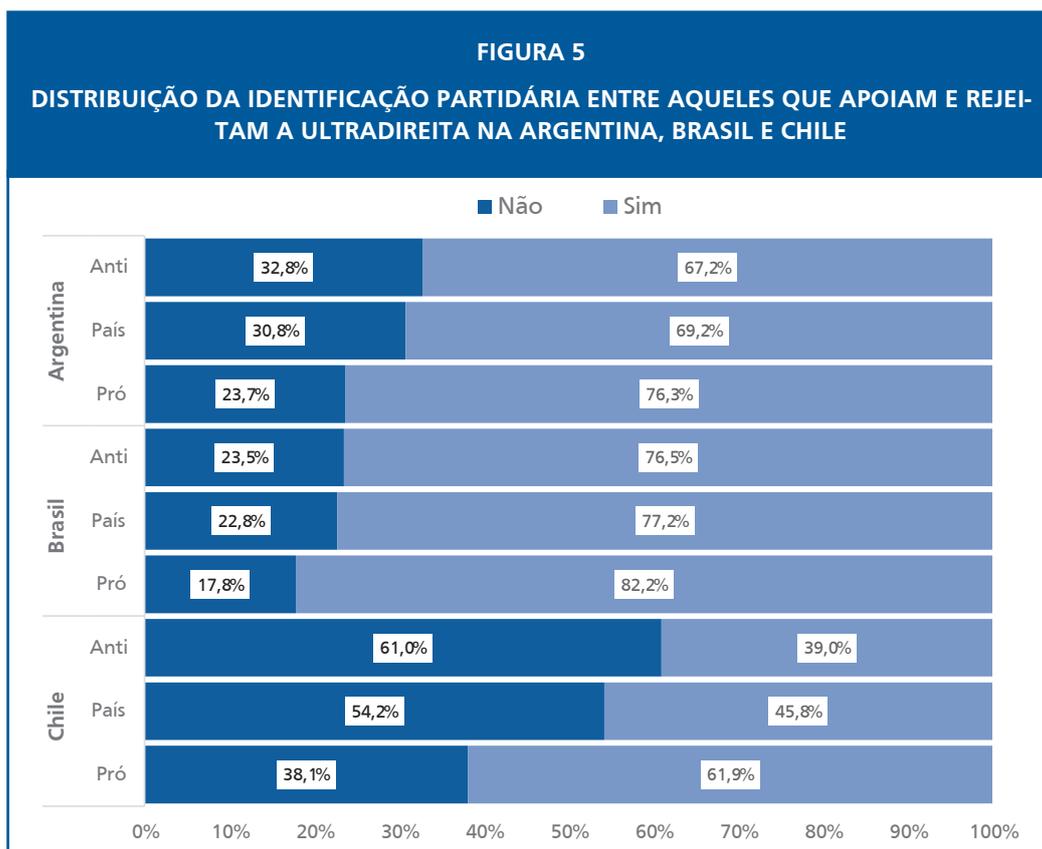
Fonte: Elaboração própria. NS/NR corresponde a 16,9% na Argentina (308 pessoas), 13,7% no Brasil (275 pessoas) e 20,2% no Chile (301 pessoas).

Em primeiro lugar, a média de autoposicionamento ideológico para o Chile e a Argentina está em torno do centro do quadrante, no mesmo ponto centrado no eixo esquerda-direita para ambos os países e com a média chilena um pouco mais conservadora do que a argentina, embora com uma distância mínima. A diferença é notória no Brasil, cuja média está posicionada notavelmente mais à direita e em uma posição mais conservadora do que as outras duas médias nacionais. Isso quer dizer que, tanto na Argentina quanto no Chile, podemos concluir que os cidadãos se posicionam mais no centro político no eixo esquerda/direita e progressista/conservador. Por outro lado, os eleitores brasileiros tendem a se posicionar, em média, no quadrante conservador e de direita, o que implica que a utilização desses conceitos pode ser um mecanismo eficaz para se conectar com importantes segmentos da cidadania.

Em segundo lugar, as médias ideológicas dos seguidores dos respectivos candidatos presidenciais estudados estão à direita de suas respectivas médias nacionais e, em geral, no campo da direita no eixo programático, embora o seguidor de Bolsonaro (Brasil) e de Kast (Chile) estejam mais distantes do centro do que os seguidores de Milei (Argentina). Por sua vez, os seguidores desses políticos têm a percepção de serem mais conservadores do que a média de seus países, sendo isso particularmente verdadeiro para os seguidores de José Antonio Kast. Vale a pena observar que na Argentina a distância no eixo progressista-conservador entre aqueles que apoiam a ultradireita e a média nacional é muito menor do que no Brasil e no Chile, embora o mesmo não ocorra no eixo esquerda-direita; nesse caso, o apoiador médio de Milei está muito mais à direita do que a média do país.

Em terceiro lugar, as médias ideológicas dos detratores dos candidatos estudados se encontram à esquerda de suas respectivas médias nacionais (no eixo esquerda-direita) e são mais progressistas também (no eixo progressista-conservador). Entretanto, existem importantes diferenças no autoposicionamento ideológico entre aqueles que rejeitam a ultradireita nos países em questão. Por um lado, o anti-bolsonaro se situa no campo conservador, assim como seu oponente pró-bolsonaro, embora com menos ênfase no primeiro do que no segundo. Por outro lado, aqueles que se opõem a Kast estão localizados, em média, no quadrante da esquerda e progressista. Finalmente, detectamos que aqueles que rejeitam Milei estão posicionados no centro do eixo esquerda-direita, sendo um pouco mais progressistas do que conservadores.

Outro aspecto que achamos importante considerar são os níveis de simpatia partidária existentes nos três países, assim como entre aqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita. O motivo desta escolha é que a evidência em política comparada mostra que existem diferentes níveis de enraizamento social das organizações partidárias na Argentina, no Brasil e no Chile (Mainwaring, 2018). Para abordar essa questão, apresentamos a seguir os dados da pergunta sobre a probabilidade de votar em um candidato presidencial de ultradireita – Javier Milei para a Argentina, Jair Bolsonaro para o Brasil e José Antonio Kast para o Chile – (Figura 5) e a categorizamos em dois grupos: por um lado, somamos todos aqueles que admitem se identificar com algum partido político e, por outro, colocamos todos aqueles que não se identificam com nenhum deles.



Fonte: Elaboração própria. O NS/NR corresponde a 4,0% na Argentina (73 pessoas), 5,1% no Brasil (103 pessoas) e 2,9% no Chile (43 pessoas).

Ao analisar esses dados, é possível concluir que os candidatos de ultradireita nos países analisados variam nos níveis de simpatia partidária de seus apoiadores. Na Argentina, aproximadamente 76% dos seguidores de Milei simpatizam com alguma agrupação política, uma porcentagem maior do que os aproximadamente 70% dos argentinos que têm alguma simpatia partidária. Apenas 24% dos apoiadores do atual presidente são apartidários, o que significa que uma fração menor dos seguidores de Milei é apartidária. No Brasil, encontramos uma situação semelhante: 82% dos apoiadores de Jair Bolsonaro simpatizam com um partido e apenas 18% não simpatizam com nenhum partido. Cabe destacar que os dados coletados mostram que na Argentina, assim como no Brasil, o nível de simpatia partidária é alto (69% e 77%, respectivamente), o que reforça as descobertas de pesquisas acadêmicas sobre a dinâmica da identificação política nesses países (Lupu, 2015). Os apoiadores da ultradireita em ambos os países estão ligeiramente mais partidizados do que o resto da população, enquanto a maioria das pessoas com identidades políticas opostas aos líderes da ultradireita se reconhece como simpatizante de algum partido.

A situação no Chile é muito diferente. Em primeiro lugar, o Chile é uma sociedade com um nível menor de simpatias partidárias (cerca de 46%), o que está relacionado com estudos que revelam as fracas raízes sociais dos partidos políticos chilenos (Rosenblatt, 2018; de la Cerda, 2022). Embora os apoiadores de José Antonio Kast estejam mais partidizados do que o resto do país (62%), seus seguidores têm menores níveis de simpatia partidária do que suas contrapartes na Argentina e no Brasil. Por sua vez, a maioria dos que rejeitam a ultradireita no Chile (61%) não simpatiza com nenhum partido político, o que representa uma diferença importante tanto em relação à média do país quanto em relação aos que apoiam José Antonio Kast.

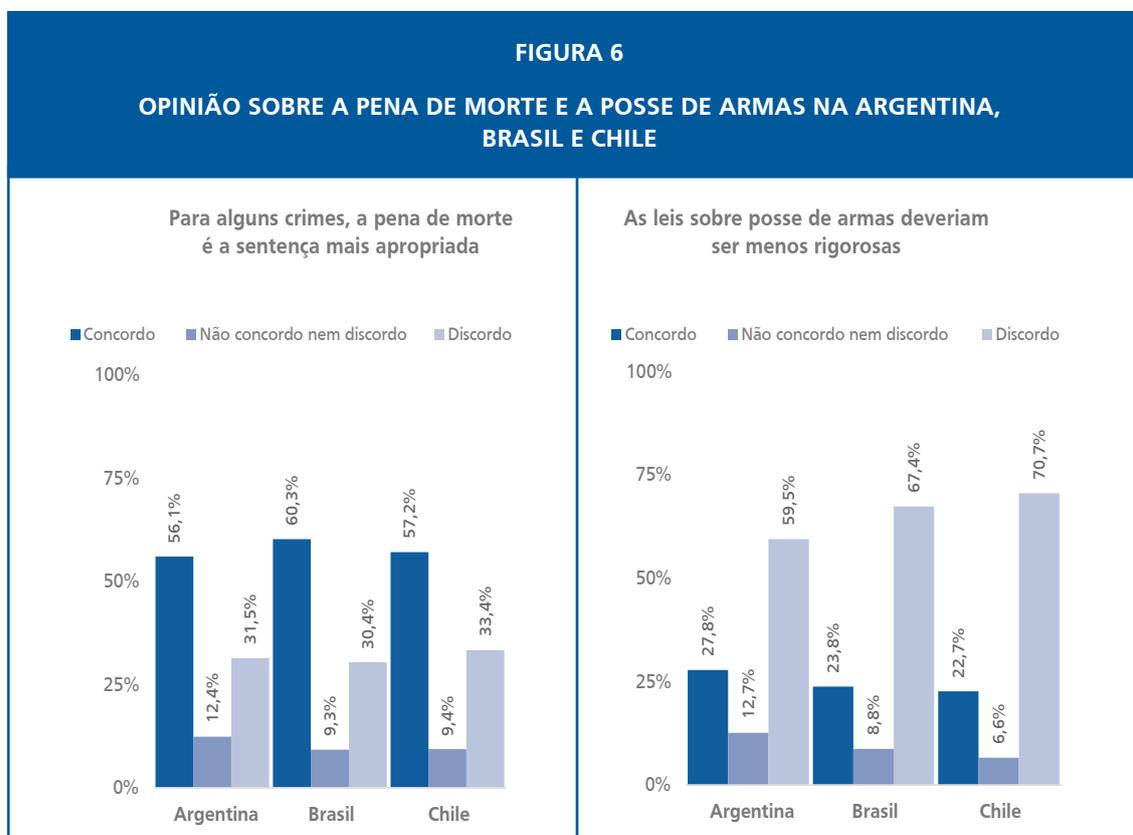
Além das diferenças entre os três países, uma constante é que aqueles que apoiam a ultradireita tendem a ter simpatias partidárias mais claras do que a média de seu país e do que seus opositores. Isto leva a crer que a ultradireita pode eventualmente provocar um processo de realinhamento eleitoral, similar ao que está ocorrendo em grande parte da Europa. De fato, as forças de ultradireita neste continente conseguiram dar vida à partidos políticos que têm aumentado seus níveis de identificação partidária, gerando assim uma base de apoio eleitoral bastante estável e leal (Harteveld et al., 2022b).

Considerando esses antecedentes, estamos interessados em avançar em uma descrição mais detalhada do perfil ideológico daqueles que estão apoiando e rejeitando hoje a ultradireita na América Latina. Para isso, discutiremos vários itens úteis para termos uma opinião a respeito das similitudes e diferenças nas bases de apoio e rejeição à ultradireita nos países em questão.

Considerando que as pesquisas acadêmicas revelam que a criminalidade é uma das temáticas centrais que politizam a ultradireita na América Latina (Rovira Kaltwasser, 2023a; 2023b; Sanahuja & López Burian, 2021), começamos com a análise da pergunta que indica se “para alguns crimes, a pena de morte é a sentença mais apropriada”, evidencian-

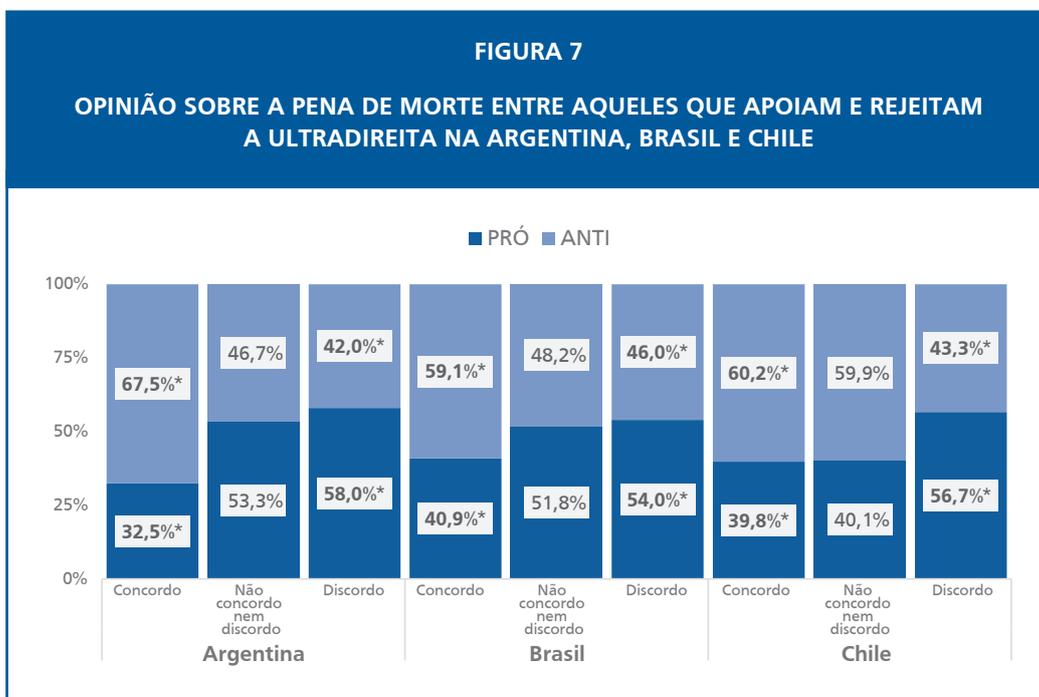
do que nos encontramos frente à sociedades nas quais a pena de morte como sanção tem recepção (Figura 6). Mais de 55% dos entrevistados concordam com essa proposta: Argentina (56,1%), Brasil (60,3%) e Chile (57,2%), e aproximadamente um terço dos entrevistados nesses países discorda: 31,5% na Argentina, 30,4% no Brasil e 33,4% no Chile.

Entretanto, a posse de armas não é popular em nenhum dos três países. Menos de 30% dos entrevistados em cada país concordaram que “as leis sobre posse de armas deveriam ser menos rigorosas” (27,8% na Argentina, 23,8% no Brasil e 22,7% no Chile), enquanto a grande maioria dos entrevistados discordou de que a regulamentação sobre armas deveria ser menos restritiva (59,5% na Argentina, 67,4% no Brasil e 70,7% no Chile). Diante das duas medidas mais duras consultadas nos três países estudados existe, portanto, uma opinião consideravelmente divergente: a população concorda com a implementação da pena de morte, mas não concorda com a posse de armas de fogo. Dos três países considerados, a Argentina é onde existem maiores valores intermediários para a pena de morte, mas, simultaneamente, maior apoio à posse de armas de fogo.



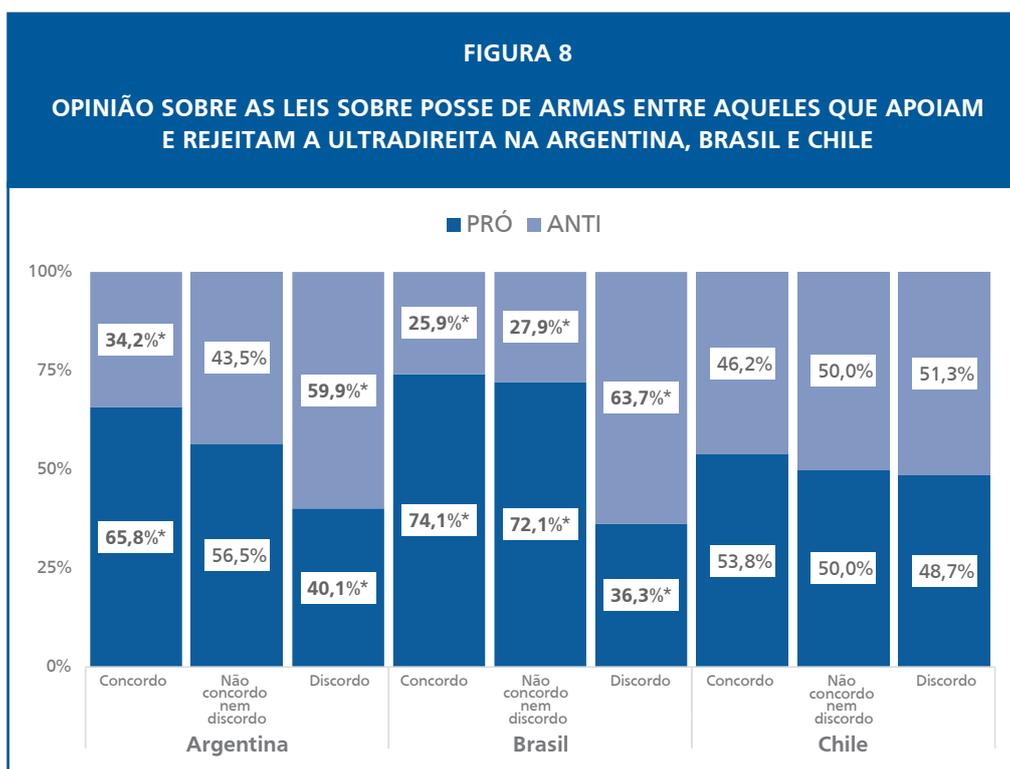
Fonte: Elaboração própria. O NS/NR corresponde a 2,7% na Argentina (49 pessoas), 2,3% no Brasil (46 pessoas) e 1,5% no Chile (23 pessoas). Na pergunta sobre posse de armas, o NS/NR corresponde a 1,9% na Argentina (35 pessoas), 1,0% no Brasil (21 pessoas) e 1,5% no Chile (23 pessoas).

Ao comparar os níveis de acordo com a pena de morte entre os que apoiam e os que rejeitam a ultradireita (Figura 7), observamos que o nível de acordo com a implementação dessa medida é maior entre os que pertencem ao primeiro grupo. Na Argentina, 58% dos que concordam com essa medida são a favoráveis à Milei, enquanto entre os opositores da pena de morte apenas 32,5% são partidários do atual presidente. No Brasil, 54% dos que são a favor da pena de morte pertencem aos apoiadores de Bolsonaro, enquanto esta porcentagem cai para 40,9% entre os que são contra a pena de morte. No Chile, os apoiadores de Kast têm preferências bastante homogêneas: 56,7% dos que concordam, 39,8% dos que discordam e 40,1% dos que são indiferentes a esta proposta se consideram apoiadores de Kast.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 2,7% na Argentina (49 pessoas), 2,3% no Brasil (46 pessoas) e 1,5% no Chile (23 pessoas).

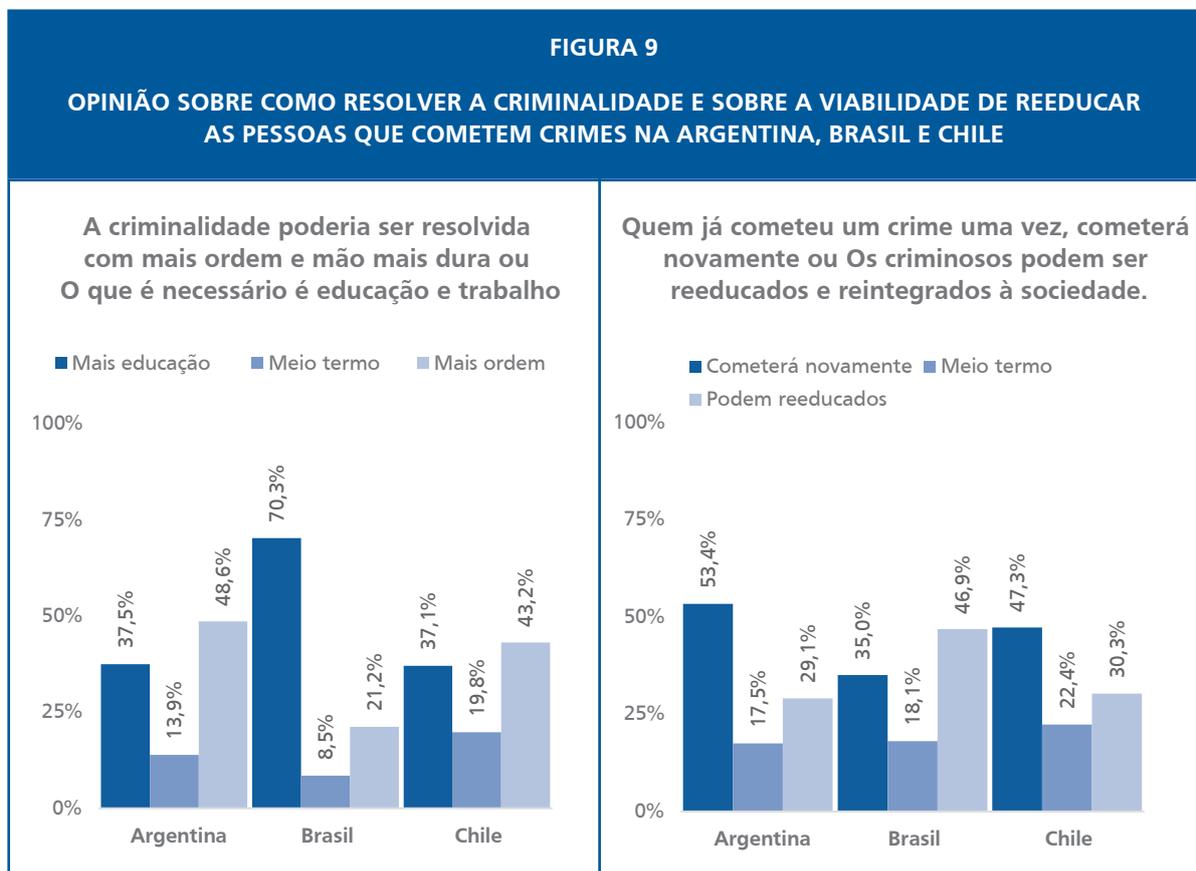
Por outro lado, entre aqueles que concordam com que a posse de armas deve ser menos rigorosa, os seguidores da ultradireita são consideravelmente mais favoráveis a essa medida do que seus opositores (Figura 8). Na Argentina, entre os que concordam com a diminuição das restrições à posse de armas de fogo, a porcentagem de apoiadores de Milei chega a 65,8% (56,5% entre os indiferentes e 40,1% entre os que discordam). No Brasil, entre os favoráveis ao acesso à armas, 74,1% são pró-Bolsonaro (72,1% entre os que não concordam nem discordam e 36,3% entre os que discordam). Esta tendência se repete no Chile, ainda que de forma bem menos pronunciada do que na Argentina e no Brasil. Entre aqueles que são a favor da diminuição das restrições para maior acesso a armas, os apoiadores de Kast chegam a 53,8% (50,0% entre os indiferentes e 48,7% entre os que discordam). Em resumo, observamos que, em geral, os partidários da ultradireita são significativamente mais favoráveis a medidas mais duras do que seus opositores.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 1,9% na Argentina (35 pessoas), 1,0% no Brasil (21 pessoas) e 1,5% no Chile (23 pessoas).

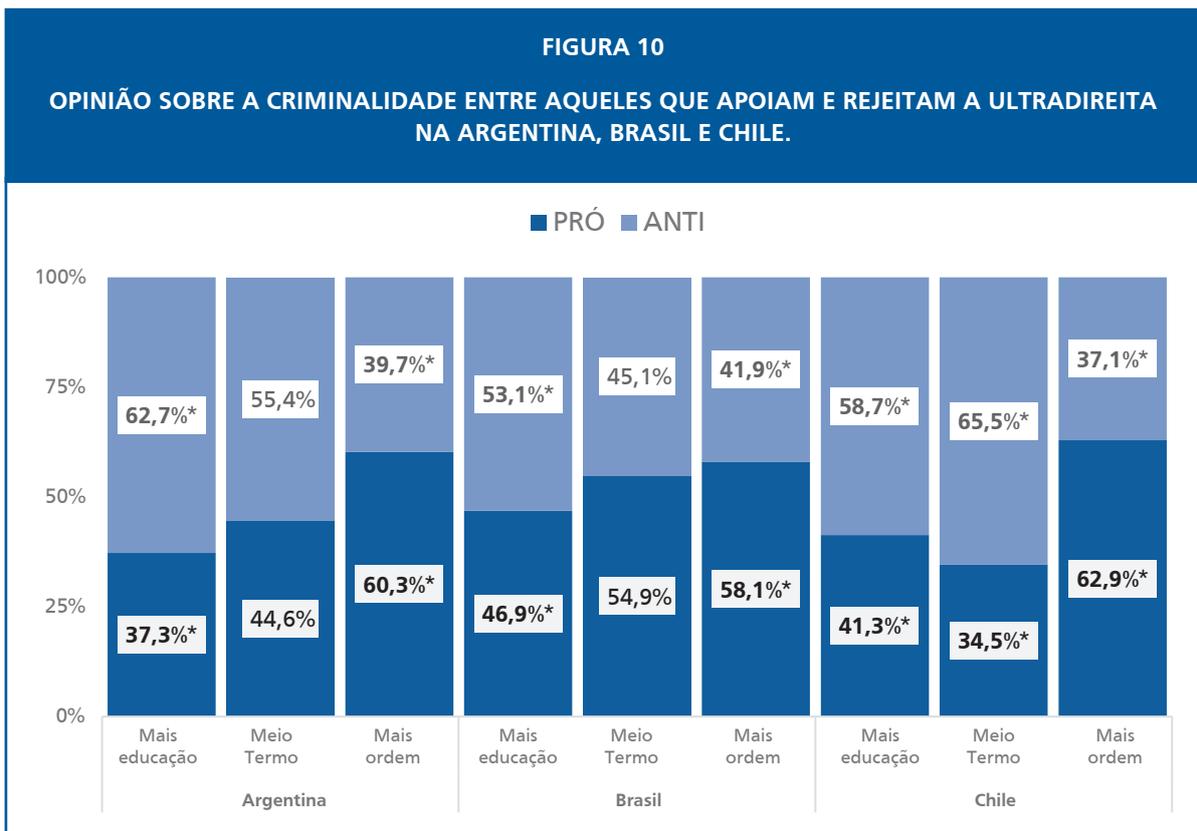
Para aprofundar mais nas questões de segurança, o questionário incluiu uma série de perguntas sobre como resolver o problema da criminalidade, que ofereceu alternativas de respostas ao longo de um contínuo que variava de respostas mais punitivas à respostas mais centradas nas oportunidades que a sociedade oferece. Como pode ser visto na Figura 9, a primeira dessas perguntas oferecia duas opções: por um lado, “a criminalidade seria resolvida com mais ordem e firmeza” e, por outro lado, “para resolver a criminalidade, o que é necessário é educação e trabalho”. A análise dos dados mostra que, na Argentina e no Chile, a maioria dos entrevistados prefere “mais ordem” (48,6% e 43,2%, respectivamente), enquanto no Brasil os cidadãos preferem “mais educação” (70,3%). Entretanto, na Argentina e no Chile, a opção “mais ordem” se impõe moderadamente em relação a “mais educação”, enquanto no Brasil fatores tradicionais associados ao peso da religião

tornam a opção de educação a mais preferida (Follman, 2017). Esse mesmo padrão se repete quando se interroga sobre quais alternativas de reintegração devem ser oferecidas a uma pessoa que cometeu um crime. Como pode ser observado na mesma Figura 9, a pergunta em questão oferece duas opções: “quem já cometeu um crime uma vez cometerá novamente” e “os criminosos podem ser reeducados e reintegrados à sociedade”. Tanto na Argentina quanto no Chile, os que respondem favoravelmente à reeducação são cerca de 30%, enquanto no Brasil esse percentual sobe para 46,9%. Na Argentina e no Chile, a opção “cometerá de novo” é de cerca de 50% (53,4% e 47,3%, respectivamente), enquanto no Brasil é de 35%. Portanto, fica evidente que, no Brasil, diferentemente da Argentina e do Chile, os fatores educacionais são majoritariamente escolhidos como antídotos para a criminalidade.



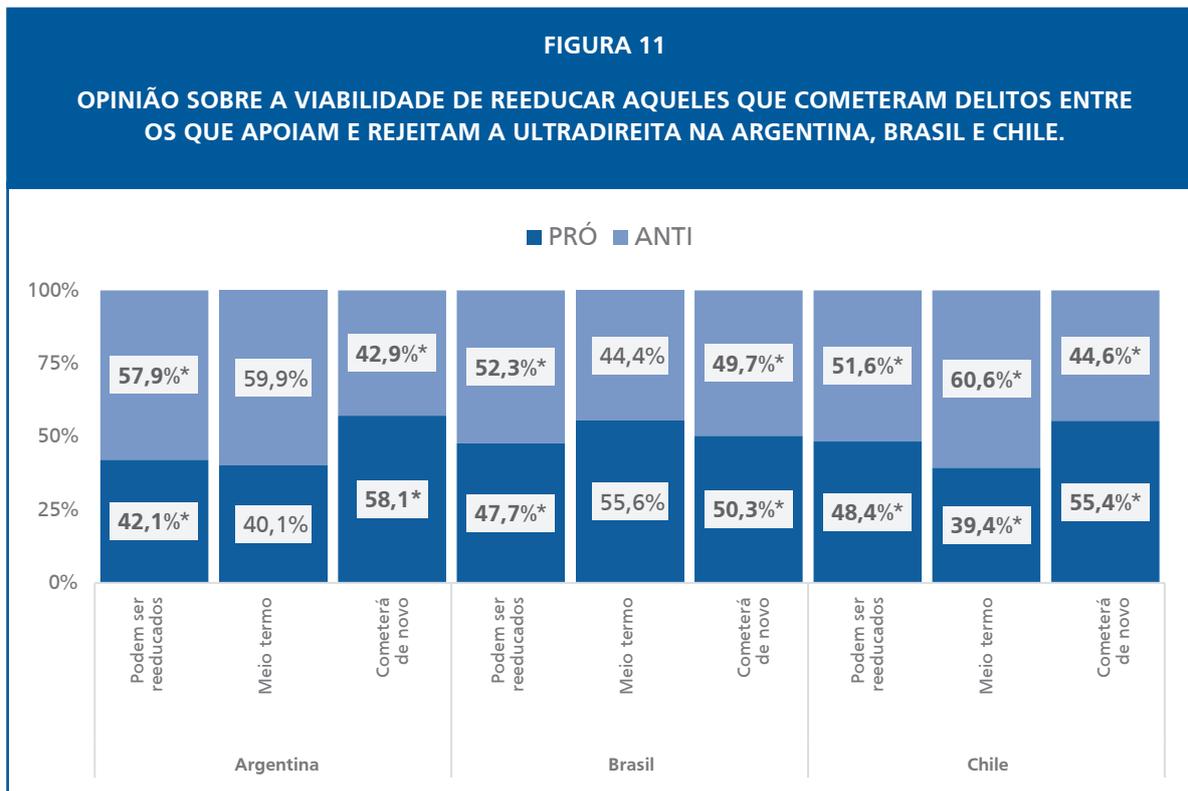
Fonte: Elaboração própria. Na pergunta sobre como resolver o crime, o NS/NR corresponde a 1,0% na Argentina (18 pessoas), 1,0% no Brasil (21 pessoas) e 1,1% no Chile (17 pessoas). Na pergunta sobre a viabilidade de reeducar as pessoas que cometeram crimes, o NS/NR corresponde a 1,3% na Argentina (23 pessoas), 2,3% no Brasil (46 pessoas) e 1,0% no Chile (15 pessoas).

Comparando essas perguntas entre apoiadores e opositores da ultradireita nesses países, encontramos claras diferenças com relação ao predomínio de alternativas punitivas (Fig. 10). Na Argentina, entre os que escolheram a opção “mais ordem”, 60,3% eram partidários de Milei, enquanto 39,7% eram seus críticos. Entre os que preferem a opção “mais educação”, as proporções são invertidas: 37,3% entre os pró-Milei e 62,7% entre os anti-Milei. No Brasil, o padrão é similar. Entre os que optam por “mais ordem”, 58,1% simpatizam com Bolsonaro, enquanto 41,9% o rejeitam. Entre os que responderam “mais educação”, 46,9% são pró-Bolsonaro e 53,1% são anti-Bolsonaro. No Chile, o padrão se repete. Entre os que optaram por “mais ordem”, 62,9% são apoiadores de Kast, enquanto 37,1% são seus opositores. Entre os que optaram por “mais educação”, 41,3% apoiam Kast e 58,7% o rejeitam. Consequentemente, podemos ver que um importante ponto em comum entre os partidários da ultradireita nesses países é a crença de que a criminalidade será resolvida com mais ordem e firmeza, e não com maior educação e emprego.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 1,0% na Argentina (18 pessoas), 1,0% no Brasil (21 pessoas) e 1,1% no Chile (17 pessoas).

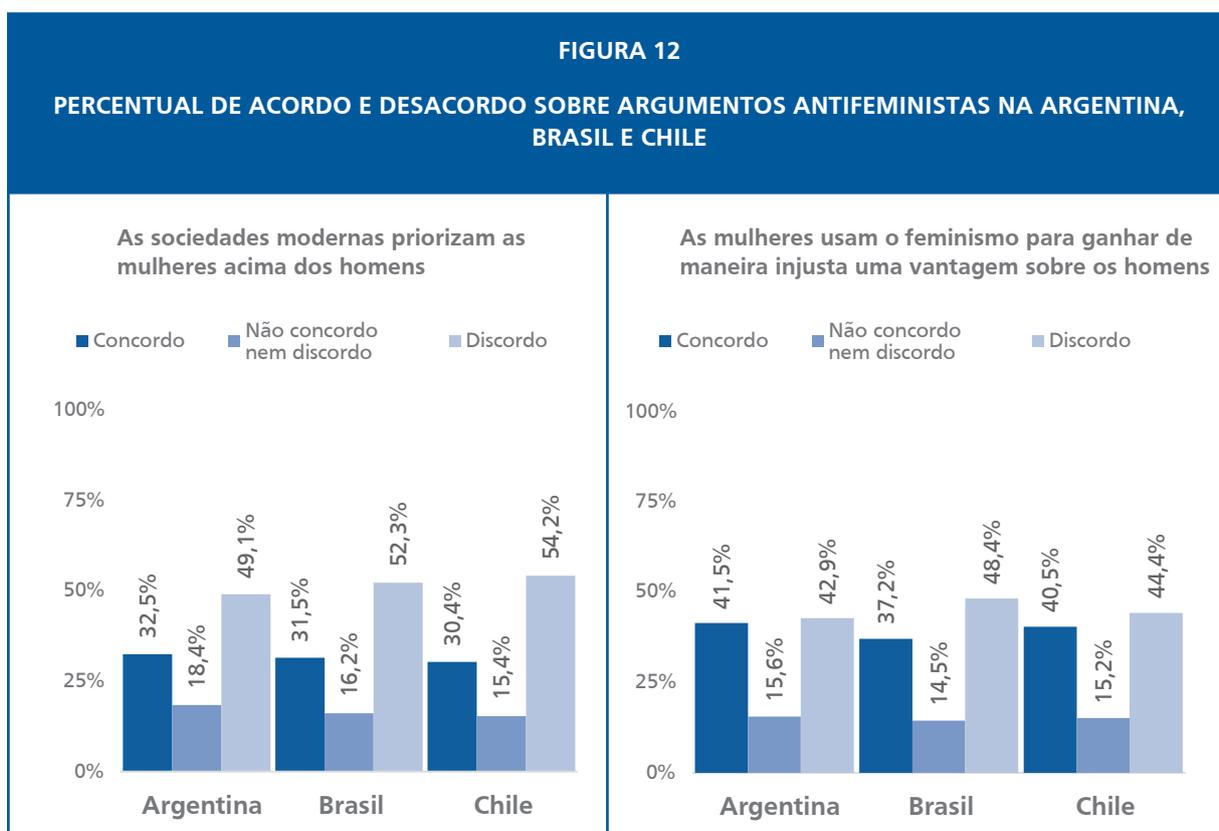
Com relação à pergunta sobre a potencial reinserção de um infrator (Fig. 11), na Argentina e no Chile, os partidários da ultradireita consideram majoritariamente que estas pessoas voltarão a cometer delitos. Entre os que escolheram essa opção, 58% na Argentina e 55,4% no Chile seguem Milei e Kast, respectivamente. Entre os que confiam na reeducação nesses países, 42,1% são a favor de Milei na Argentina e 48,4% são a favor de Kast no Chile. Já no Brasil, não há preferências notáveis pelo otimismo com relação à reeducação ou pelo pessimismo com relação à reincidência. Entre os que escolheram a primeira opção, 47,7% seguem Bolsonaro, e entre os que optaram pela segunda, 50,3% simpatizam com Bolsonaro. Coincidentemente, entre os que ficaram com uma posição intermediária entre as duas preferências, 55,6% apoiam Bolsonaro. Como observamos acima, a questão da educação como alternativa à uma maior firmeza é mais popular no Brasil do que na Argentina e no Chile, mesmo entre os apoiadores de candidatos de ultradireita.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 1,3% na Argentina (23 pessoas), 2,3% no Brasil (46 pessoas) e 1,0% no Chile (15 pessoas).

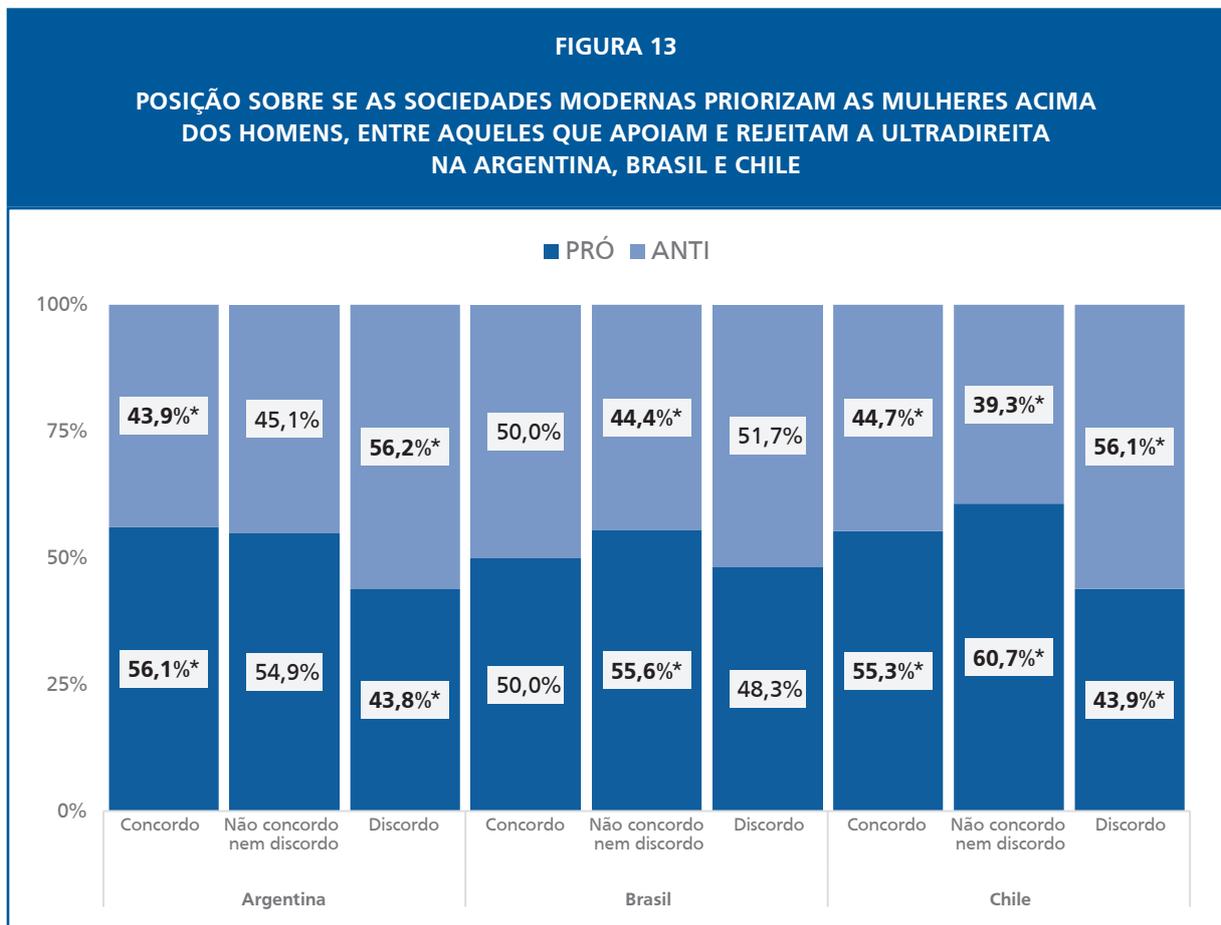
Outra questão que vale a pena examinar é a relação entre as ideias feministas e o apoio/rejeição à ultradireita. De fato, a literatura acadêmica sobre o assunto aponta que em geral as forças de ultradireita são mais apoiadas por homens do que por mulheres (Allen & Goodman, 2021; Mudde, 2019). Ao mesmo tempo, também é evidente que, pelo menos na América Latina, as forças de ultradireita são caracterizadas por posturas muito críticas ao pensamento feminista (Biroli & Caminotti, 2020; Rovira Kaltwasser, 2023a, 2023b). Essa é a razão pela qual, nos questionários utilizados, incluímos determinados itens que tentam medir os níveis de antifeminismo (Figura 12). A primeira pergunta interessante a ser estudada diz respeito ao grau de acordo com a afirmação de que “as sociedades priorizam as mu-

lheres acima dos homens”, o que nos permite constatar que a maioria dos entrevistados nos três países considera que isto não é verdade. Na Argentina, essa porcentagem é de 49%, no Brasil, 52,3% e no Chile, 54,2%. Em cada um dos países, menos de um terço concorda com essa afirmação (32,5% na Argentina, 31,5% no Brasil e 30,4% no Chile). Da mesma forma, a maioria dos entrevistados nos três países discorda da afirmação de que “as mulheres usam o feminismo para ganhar de maneira injusta vantagem sobre os homens”, embora as diferenças em relação aos que concordam sejam muito pequenas: 42,9% contra 41,5% na Argentina, 48,4% contra 37,2% no Brasil e 44,4% contra 40,5% no Chile.



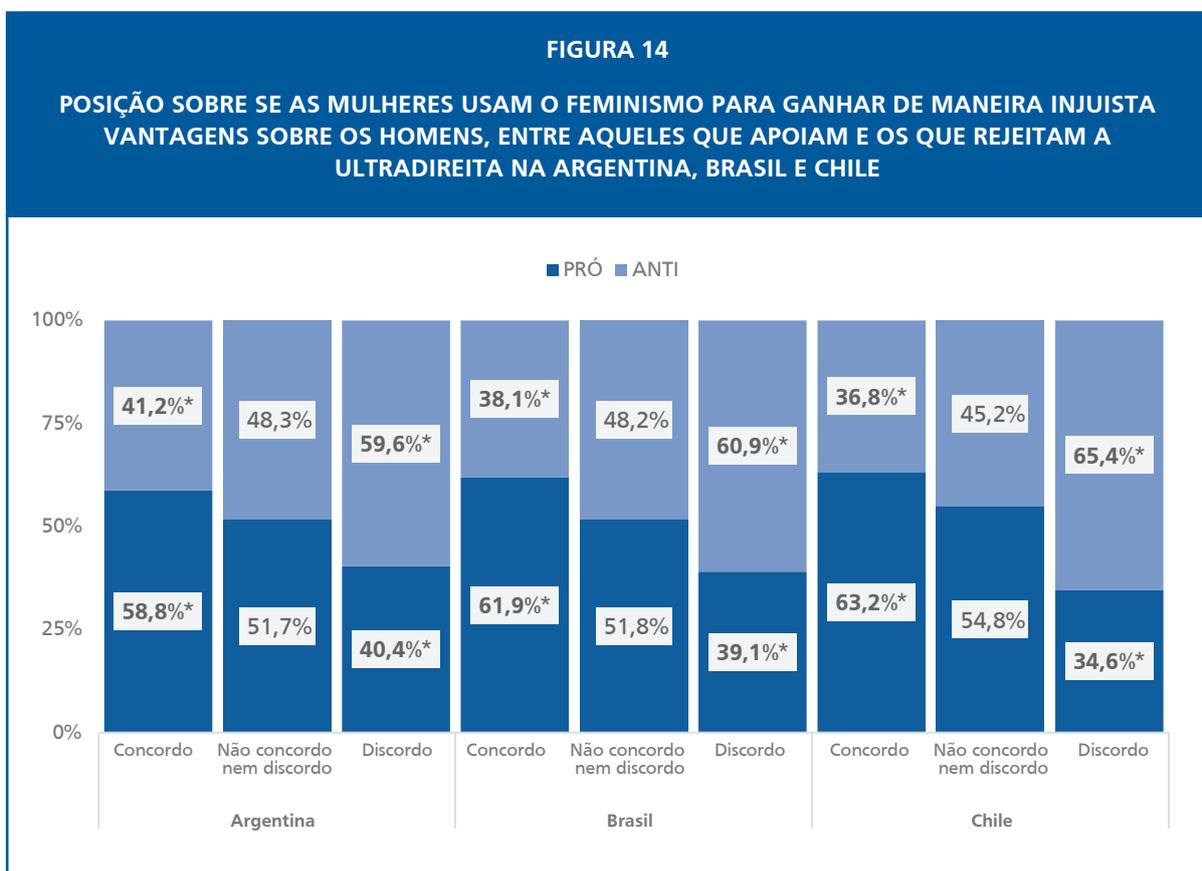
Fonte: Elaboração própria. Na pergunta sobre se as sociedades modernas priorizam as mulheres em detrimento dos homens, o NS/NR corresponde a 2,8% na Argentina (51 pessoas), 2,6% no Brasil (52 pessoas) e 3,1% no Chile (46 pessoas). Na pergunta sobre se as mulheres usam o feminismo para obter uma vantagem injusta sobre os homens, o NS/NR corresponde a 2,5% na Argentina (46 pessoas), 3,6% no Brasil (72 pessoas) e 2,7% no Chile (40 pessoas).

E como se comportam esses dados desagregados entre os que apoiam e os que rejeitam a ultradireita? Como se vê na Figura 13, na Argentina, entre aqueles que concordam que as sociedades modernas priorizam as mulheres acima dos homens, 56,1% são apoiadores de Milei. Previsivelmente, entre aqueles que discordam desse argumento, a porcentagem de apoiadores de Milei é menor (43,8%). No Brasil e no Chile, o padrão é diferente. Embora entre os que concordam com essa expressão mais de 50% sejam seguidores de Bolsonaro e Kast (50,0% e 55,3%, respectivamente), é nas posições intermediárias (não concordam nem discordam) que os seguidores da ultradireita atingem porcentagens mais altas (55,6% no Brasil e 60,7% no Chile). Os partidários da ultradireita nesses dois países não adotam posições tão radicais sobre essa questão quanto na Argentina.



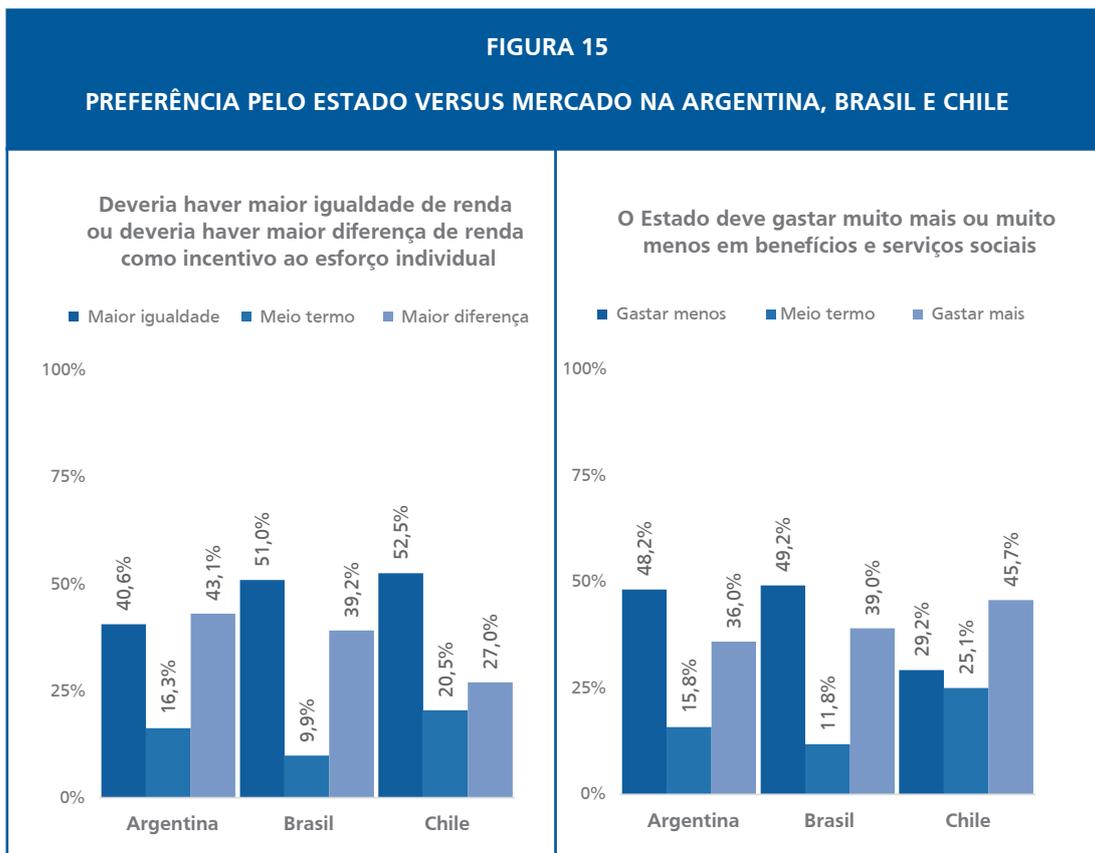
Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 2,8% na Argentina (51 pessoas), 2,6% no Brasil (52 pessoas) e 3,1% no Chile (46 pessoas).

No entanto, isso é um matiz, pois na seguinte pergunta, referente a que as mulheres usam o feminismo para obter uma vantagem sobre os homens de forma injusta (Figura 14), a porcentagem de apoiadores de líderes de ultradireita é nitidamente maior entre os que concordam com esta afirmação (58,8% seguem Milei, 61,9% seguem Bolsonaro e 63,2% seguem Kast). Consistentemente, entre aqueles que discordam dessa frase, as menores porcentagens pertencem ao grupo de apoiadores da ultradireita em comparação com o grupo de seus opositores (40,4% na Argentina, 39,1% no Brasil e 34,6% no Chile). Em resumo, é possível indicar que os simpatizantes da ultradireita nesses três países, para além de certas nuances, tendem a adotar posições antifeministas.



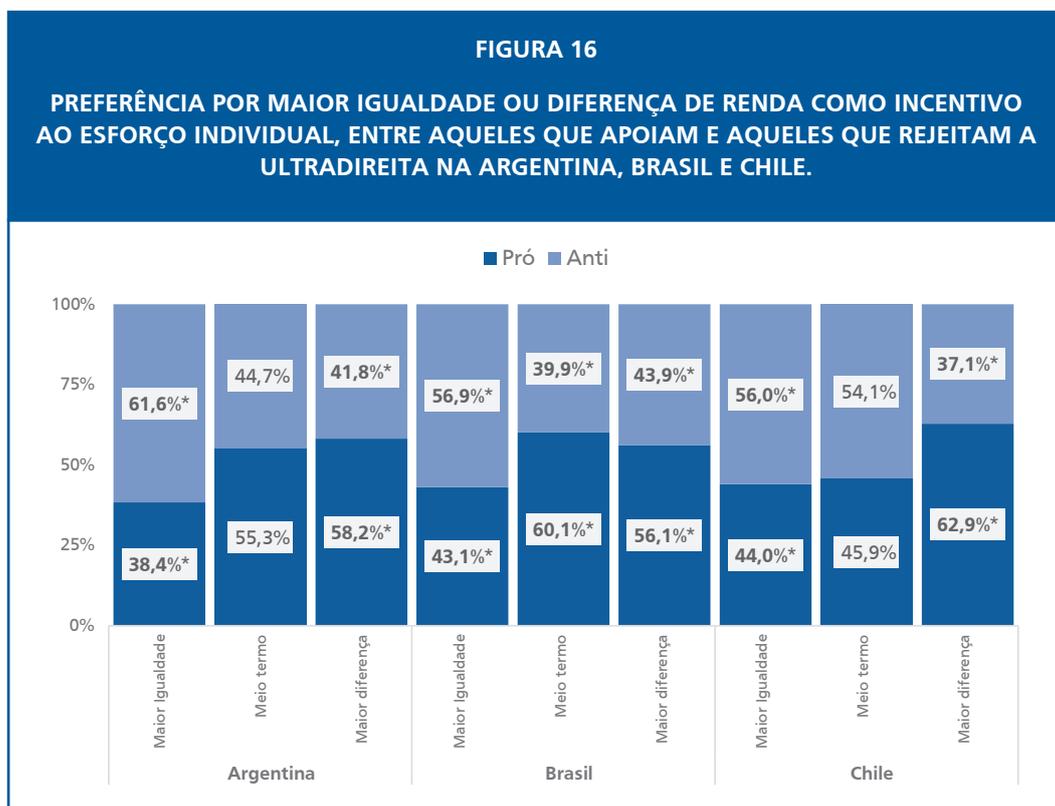
Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 2,5% na Argentina (46 pessoas), 3,6% no Brasil (72 pessoas) e 2,7% no Chile (40 pessoas).

Estudos sobre os casos da Argentina, do Brasil e do Chile mostram que a ultradireita nesses países se caracteriza por promover ideias de livre mercado e por se opor a um papel maior do Estado na economia (Sanahuja et al., 2023). Porém, essa proposta também marca uma diferença entre aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam a ultradireita? Para responder essa questão, mostramos a seguir duas perguntas: uma sobre se deveria existir maior igualdade de renda ou a maior diferença de renda, e outra sobre se o Estado deveria gastar mais ou menos em benefícios sociais. Como observamos na Figura 15, predominam as respostas a favor de maior igualdade de renda no Brasil (51% versus 39,2%) e no Chile (52,5% versus 27%), embora essa proporção se inverta na Argentina (40,6% a favor da igualdade e 43,1% a favor da diferença). Por outro lado, quando se pergunta se o Estado deveria gastar mais ou menos em benefícios sociais, na Argentina e no Brasil as respostas por menos benefícios sociais são predominantes (48,2% versus 36% na Argentina, 49,2% versus 39% no Brasil), enquanto no Chile as respostas para mais benefícios sociais são mais altas (45,7%), em comparação com as respostas para menos (29,2%). Isso mostra que o Chile se destaca como o país com o maior apoio a um modelo socialdemocrata.



Fonte: Elaboração própria. Na pergunta sobre se deveria haver maior igualdade de renda ou maior diferença de renda como incentivo ao esforço individual, o NS/NR corresponde a 2,3% na Argentina (41 pessoas), 2,5% no Brasil (50 pessoas) e 1,0% no Chile (15 pessoas). Na pergunta sobre se o Estado deve gastar mais ou menos com benefícios e serviços sociais, o NS/NR corresponde a 1,4% na Argentina (25 pessoas), 2,2% no Brasil (45 pessoas) e 1,3% no Chile (20 pessoas).

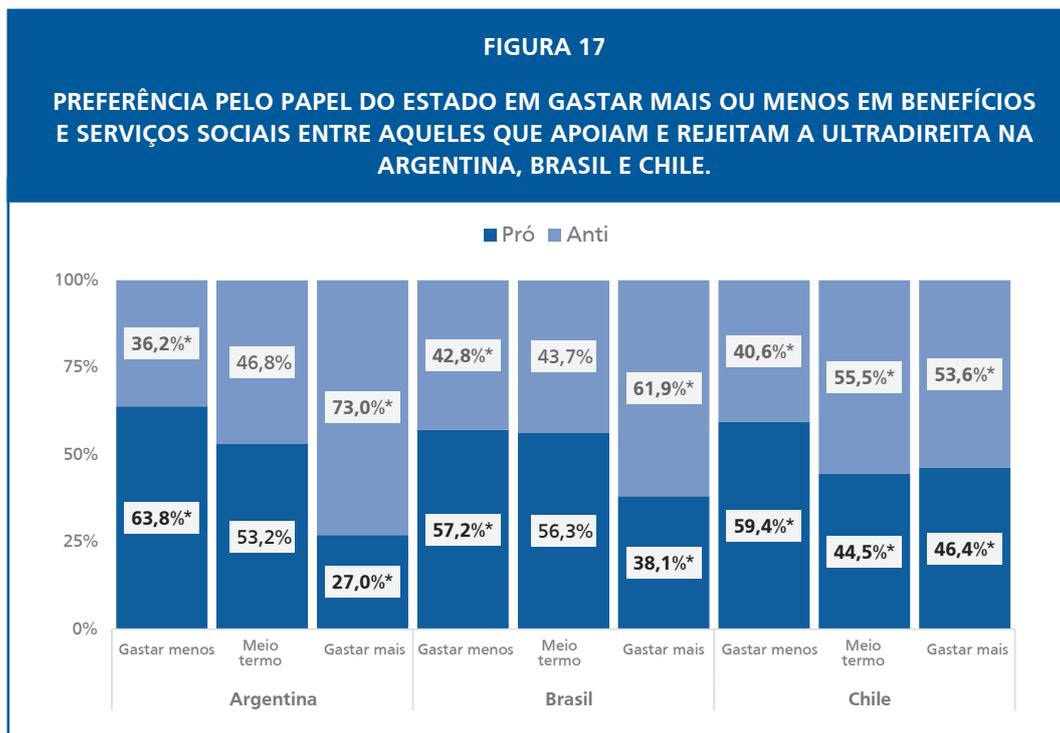
A seguir, examinamos essas duas perguntas sobre o debate Estado versus mercado, mas diferenciando entre os que apoiam e os que rejeitam a ultradireita. Como pode ser visto na Figura 16, na Argentina, entre os que optam por uma maior diferença de renda, 58,2% correspondem a seguidores de Javier Milei, enquanto no Chile esse padrão se repete, com 62,9% dos que apoiam José Antonio Kast favorecendo uma maior diferença de renda. No caso do Brasil, uma tendência similar também é perceptível (entre aqueles que defendem uma maior diferença, a porcentagem de apoiadores de Bolsonaro é maior do que a de seus opositores). É na categoria intermediária onde a porcentagem de apoiadores do ex-presidente de ultradireita é notável (60,1%), em comparação com aqueles que o rejeitam (39,9%). Por sua vez, nos três países, observamos que aqueles que preferem “maior igualdade de renda” são, em sua maioria, opositores da ultradireita (61,6% na Argentina, 56,9% no Brasil e 56% no Chile).



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 2,3% na Argentina (41 pessoas), 2,5% no Brasil (50 pessoas) e 1,0% no Chile (15 pessoas).

Ao analisar os dados sobre gasto social diferenciando entre aqueles que apoiam e aqueles que rejeitam a ultradireita, surge um padrão muito claro: nos três países, entre aqueles que optam pela resposta de menos gastos do Estado com benefícios sociais, as porcentagens de apoiadores da ultradireita são maiores do que as porcentagens de seus opositores (63,8% contra 36,2% na Argentina, 57,2% contra 42,8% no Brasil e 59,4% contra 40,6% no Chile), como pode ser constatado na Figura 17. Consistentemente, a proporção se inverte entre aqueles que acreditam que o Estado deveria gastar mais em benefícios sociais. De fato, nessa categoria, os opositores da ultradireita superam os apoiadores da ultradireita: 73% versus 27% na Argentina, 61,9% versus 38,1% no Brasil e 53,6% versus 46,4% no Chile. Em resumo, nos três países analisados o debate Estado versus mercado divide de forma clara os que estão a favor e contra a ultradireita. Essa descoberta é interessante quando observada em uma perspectiva comparada, porque, ao menos na Europa, a adesão e a rejeição à ultradireita têm pouca relação com as preferências sobre o papel do Estado na economia, e sim, sobretudo, com questões de caráter cultural. (Schumacher & van Kersbergen, 2016; van Hauwaert & van Kessel, 2018).

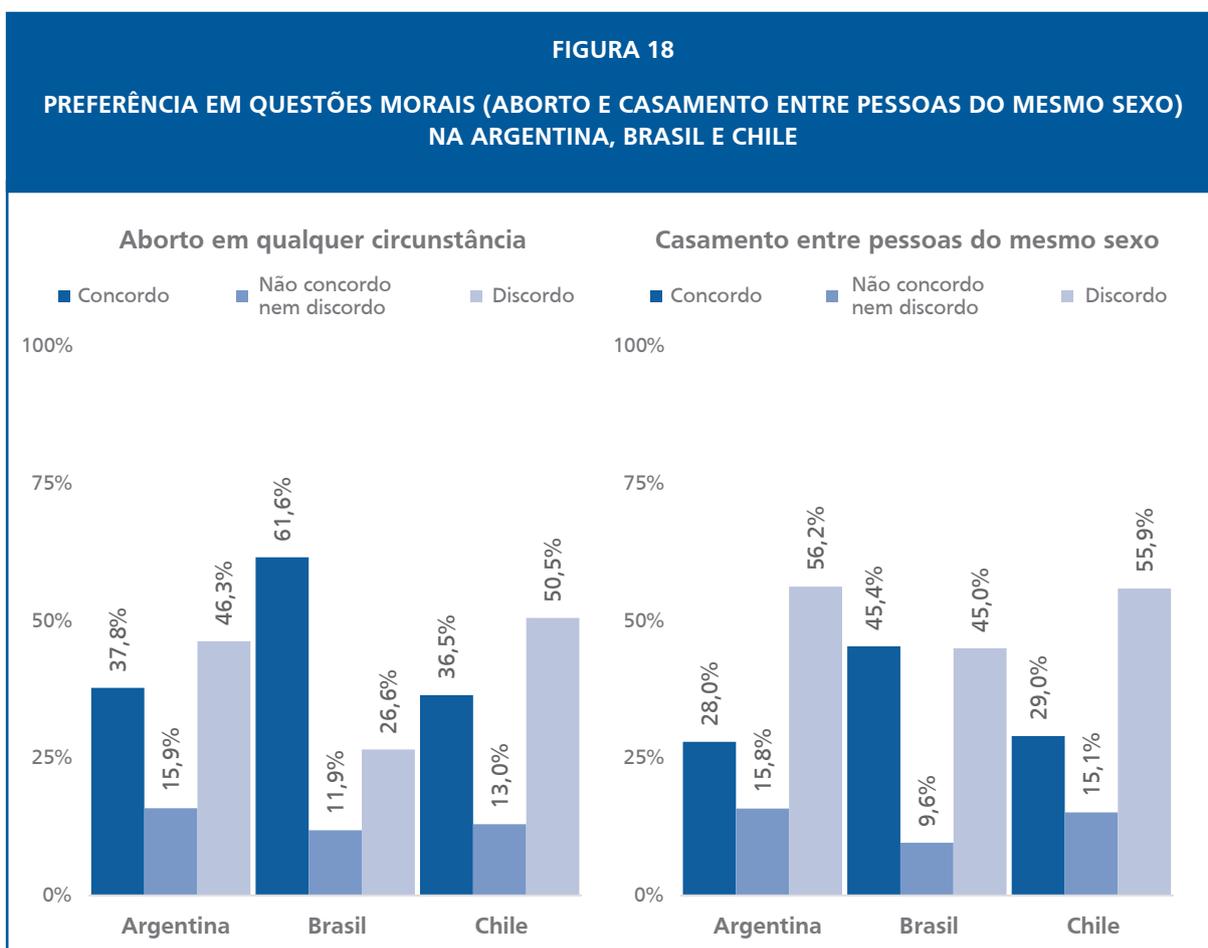
Ao analisar as forças de ultradireita na América Latina, existe crescente evidência sobre o fato de que uma atitude comum é a adoção de posições muito conservadoras sobre temas morais (Zanotti & Roberts, 2021). Para analisar se este elemento também é constitutivo da divisão entre aqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita, as pesquisas em questão incluíram uma pergunta sobre o grau de concordância/discordância com relação a conceber o “aborto em qualquer circunstância deve ser um direito da mulher” e outra sobre concordância/discordância com o “casamento entre pessoas do mesmo sexo”.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 1,4% na Argentina (25 pessoas), 2,2% no Brasil (45 pessoas) e 1,3% no Chile (20 pessoas).

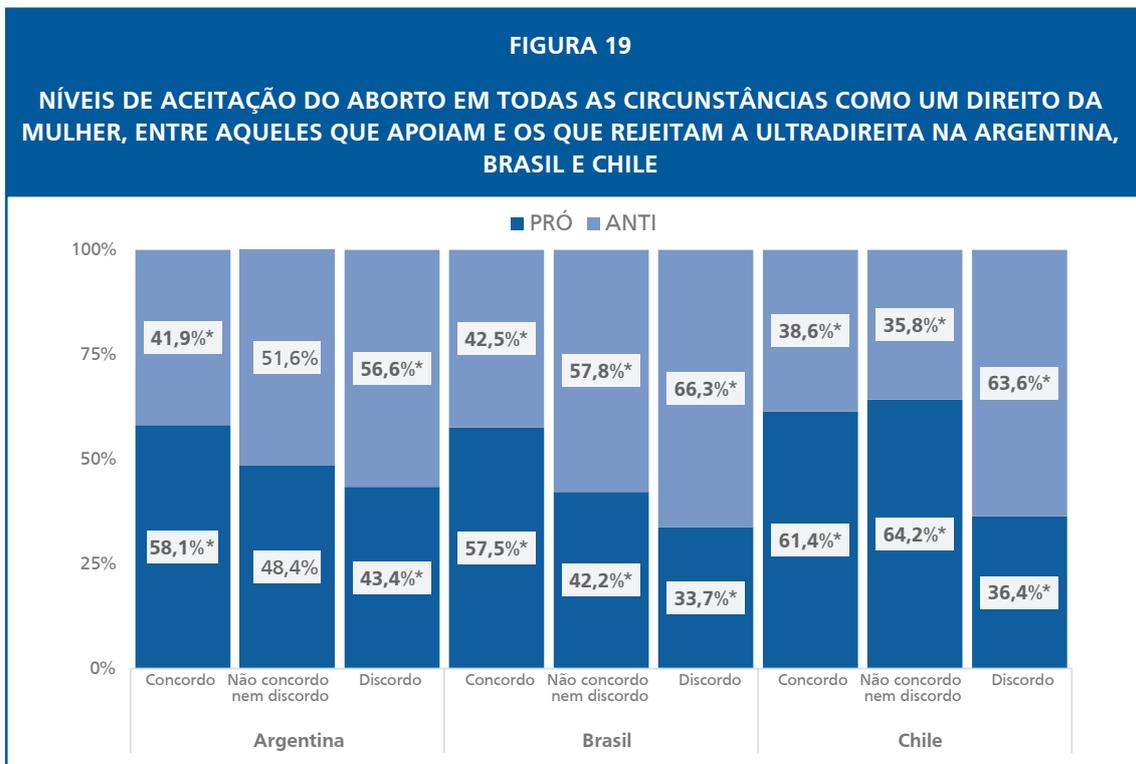
Como pode ser visto na Figura 18, a preferência pelo aborto em qualquer circunstância é favorável na Argentina e no Chile, com 46,3% e 50,5%, respectivamente. Os desacordos, em ambos os casos, estão mais favorável na Argentina e no Chile em torno de 37%. Por sua vez, o Brasil apresenta um resultado completamente oposto: a grande maioria (61,6%) é contra o aborto em todas as circunstâncias e cerca de um quarto da população (26,6%) admite ser a favor. Esta resistência se explica em parte pelo peso crescente da religião evangélica nesse país, que promove posições muito conservadoras sobre a questão do aborto em particular (Boas, 2023). Com relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, a porcentagem favorável é maior do que a contrária tanto na Argentina (56,2% versus 28,0%)

quanto no Chile (55,9% versus 29,0%), enquanto no Brasil ambas as posições estão praticamente empatadas (45,0% versus 45,4%), o que novamente mostra que nesse país há menor apoio à posições progressistas em questões morais em comparação com a Argentina e o Chile. Ainda assim, é interessante notar que os dados sobre essas questões refletem padrões relativamente similares de polarização nos três países: poucas pessoas escolhem a opção intermediária e a maioria se posiciona a favor ou contra. Consequentemente, parece que as questões morais dividem o eleitorado de forma muito significativa, tendo potencial para serem usadas politicamente a fim de mobilizar segmentos diferenciados da cidadania (Smith & Boas, 2024).



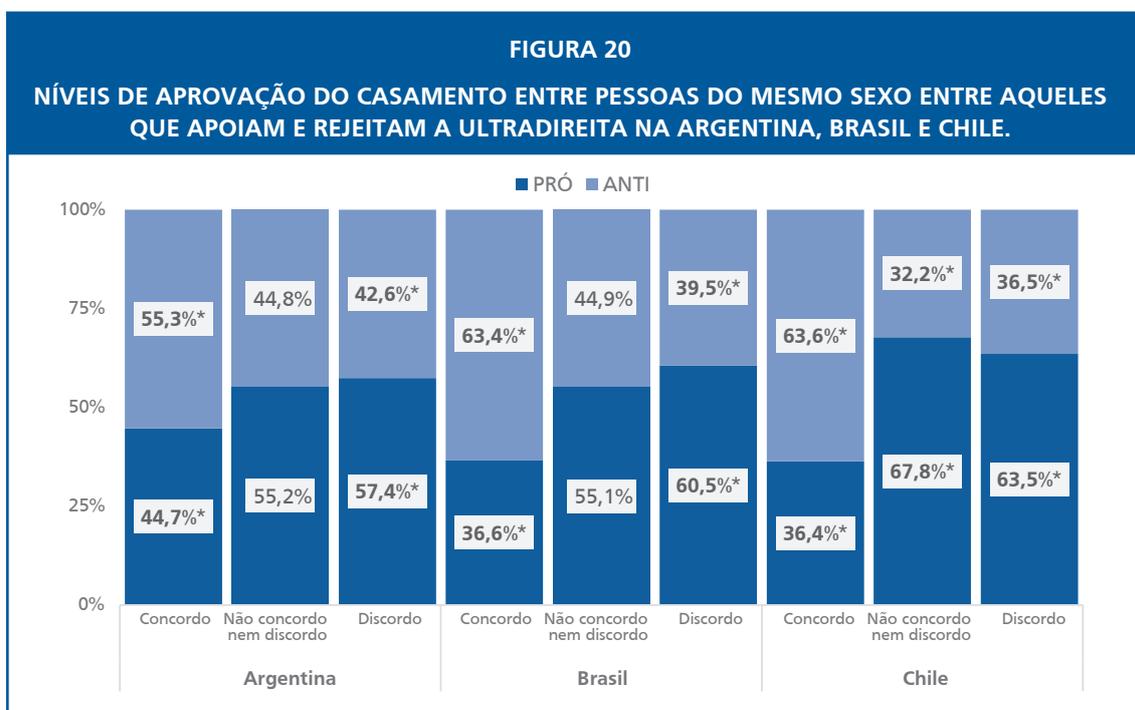
Fonte: Elaboração própria. Na pergunta sobre o aborto em qualquer circunstância, o NS/NR corresponde a 1,1% na Argentina (20 pessoas), 1,9% no Brasil (39 pessoas) e 1,4% no Chile (21 pessoas). Na pergunta sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo, NS/NR corresponde a 0,6% na Argentina (11 pessoas), 1,7% no Brasil (35 pessoas) e 1,7% no Chile (26 pessoas).

É interessante observar que, entre aqueles que discordam do aborto em qualquer circunstância, predominam os partidários da ultradireita, como indica a Figura 19. Na Argentina, entre os que se opõem ao aborto em qualquer circunstância, 58,1% seguem Milei (41,9% são anti-Milei). No Brasil, constituem 57,5% (42,5% são anti-Bolsonaro). E no Chile, constituem 61,4% (enquanto 38,6% são anti-Kast). Consistentemente, entre aqueles que concordam com o aborto em qualquer circunstância, os opositores da ultradireita são a maioria: na Argentina, 56,6% são contra Milei (43,4% pró-Milei), no Brasil, 66,3% são anti-Bolsonaro (33,7% pró-Bolsonaro) e no Chile, 63,6% são anti-Kast (36,4% pró-Kast). Constatamos assim que nos três países aqueles que apoiam a ultradireita adotam posições muito conservadoras em relação ao aborto.



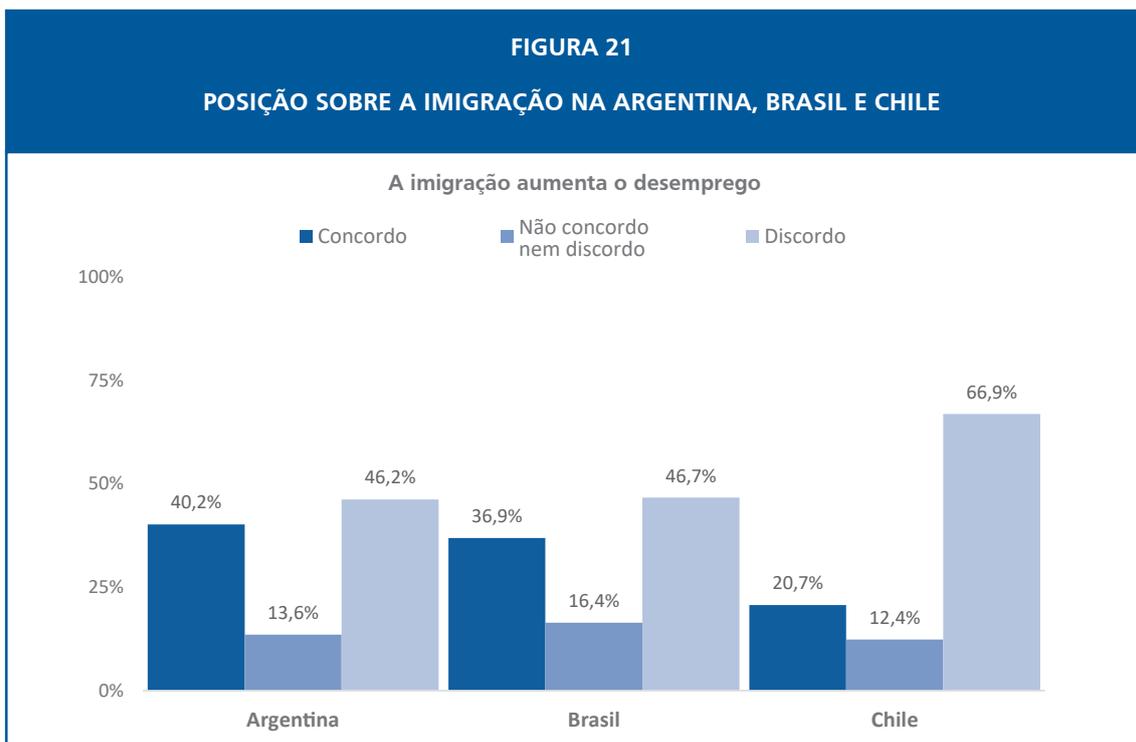
Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 1,1% na Argentina (20 pessoas), 1,9% no Brasil (39 pessoas) e 1,4% no Chile (21 pessoas).

Algo semelhante acontece com o casamento entre pessoas do mesmo sexo: entre aqueles que concordam com essa questão, predominam os que se opõem à ultradireita (Figura 20). Na Argentina, 55,3% dos que são a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo são anti-Milei (44,7% pró-Milei), no Brasil, 63,4% dos que apoiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo são anti-Bolsonaro (36,6% pró-Bolsonaro) e, finalmente, no Chile, 63,6% dos que são a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo são anti-Kast (36,4% pró-Kast). Consistentemente, entre aqueles que desaprovam o matrimônio homossexual, predominam os apoiadores da ultradireita: 57,4% na Argentina, 60,5% no Brasil e 63,5% no Chile. Essas descobertas reforçam a tese de que a ultradireita na América Latina parece estar mobilizando o eleitorado com base em questões morais (Smith & Boas, 2024), que – vale destacar – conta com níveis diferenciados de apoio e rejeição em toda a região.



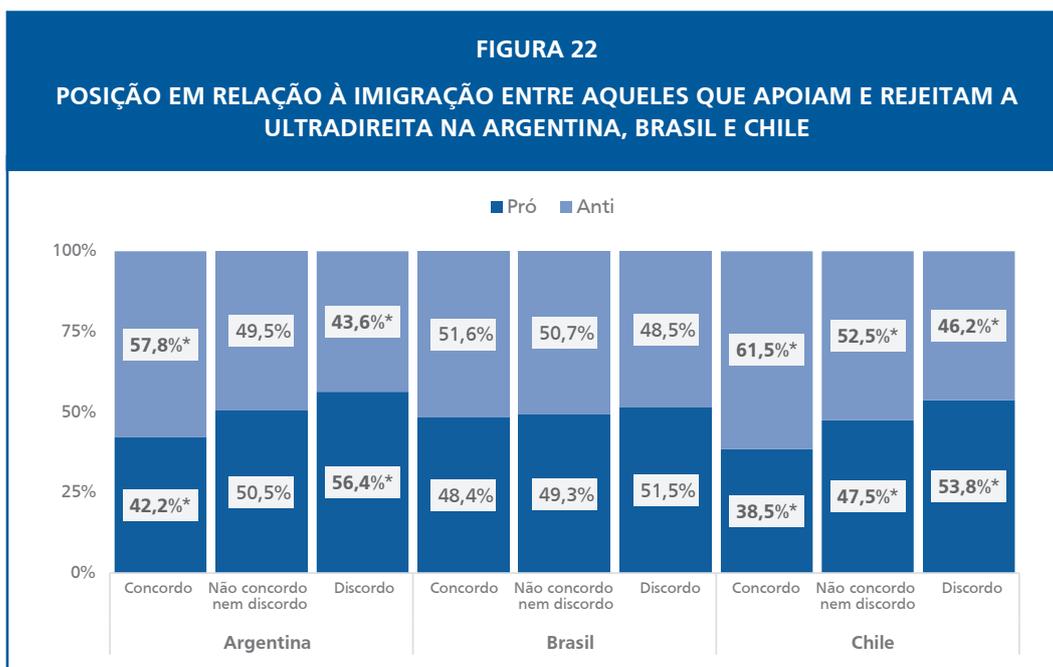
Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 0,6% na Argentina (11 pessoas), 1,7% no Brasil (35 pessoas) e 1,7% no Chile (26 pessoas).

Por último, para concluir esta seção, abordamos uma questão central no eleitorado europeu quando se trata de apoiar ou rejeitar a ultradireita: a imigração (Mudde, 2013; van Hauwaert & van Kessel, 2018). Para abordar essa temática, apresentamos a seguir uma pergunta que mede o grau de acordo/desacordo sobre a imigração aumentar o desemprego. No Chile as respostas “concordo” chegam a 66,9%, bem acima da Argentina e do Brasil, onde a porcentagem de pessoas que “concordam” com esta afirmação é de 46% em ambos os casos. Por sua vez, os que discordam dessa afirmação chegam a 40,2% na Argentina, 36,9% no Brasil e 20,7% no Chile. Chama a atenção o fato da questão da imigração ser particularmente acentuada no contexto chileno, o que certamente está ligado ao rápido aumento da população imigrante em um período curto de tempo (Rovira Kaltwasser et al., 2024). Na Argentina e no Brasil, por sua vez, essa questão parece dividir o eleitorado em dois, já que a opção intermediária é muito minoritária (13,6% e 16,4%, respectivamente).



Fonte: Elaboração própria. NS/NR corresponde a 2,3% na Argentina (42 pessoas), 3,3% no Brasil (67 pessoas) e 0,4% no Chile (6 pessoas).

A análise desses dados de forma diferenciada entre aqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita revela que, entre aqueles que concordam com a afirmação de que a imigração aumenta o desemprego, mais da metade são apoiadores da ultradireita, como mostra a Figura 22. Na Argentina, entre aqueles com uma postura mais crítica à imigração, 56,4% são favoráveis a Milei (em comparação com seus opositores, que representam 43,6%). No Brasil, 51,5% apoiam Bolsonaro (em comparação com seus opositores, que representam 48,5%). No Chile, 53,8% apoiam Kast (em comparação com 46,2% que o rejeitam). Consistentemente, entre aqueles que discordam dessa afirmação sobre imigração, predominam os críticos da ultradireita: os anti-Milei versus pró-Milei na Argentina (57,8% versus 42,2%), os anti-Bolsonaro versus pró-Bolsonaro no Brasil (51,6% versus 48,4%) e os anti-Kast versus pró-Kast no Chile (61,5% versus 38,5%). Em todo caso, as diferenças são mais acentuadas na Argentina e no Chile do que no Brasil.



Fonte: Elaboração própria * Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR corresponde a 2,3% na Argentina (42 pessoas), 3,3% no Brasil (67 pessoas) e 0,4% no Chile (6 pessoas).

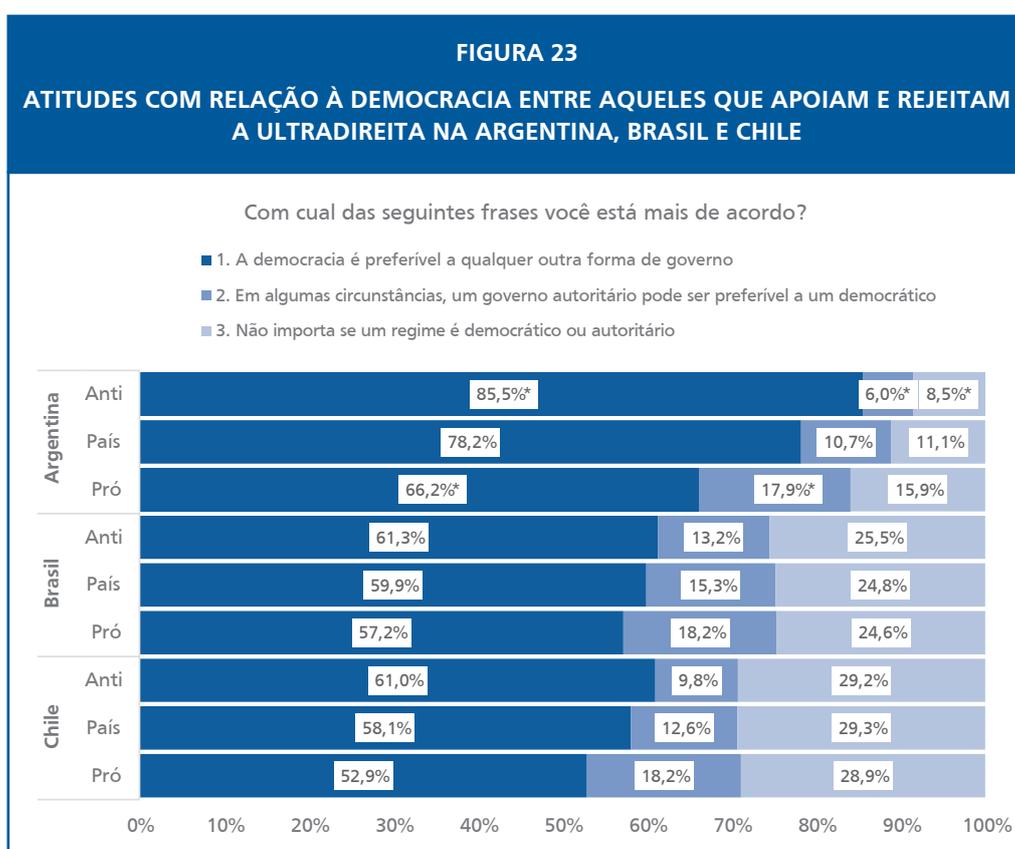
6.

RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA E INFORMAÇÃO POLÍTICA ENTRE AQUELES QUE APOIAM E REJEITAM A ULTRADIREITA

Estudos prévios analisaram a complicada relação entre a ultradireita e a democracia, enfatizando que as forças de ultradireita no geral se opõem aos elementos-chave do regime democrático liberal, como os direitos das minorias e de um poder judiciário independente, promovendo ideias e comportamentos iliberais que podem promover uma transformação gradual em direção a um autoritarismo competitivo (Mudde, 2007; Mudde & Rovira Kaltwasser, 2017). Além disso, a evidência empírica mostra que os apoiadores da ultradireita não apenas rejeitam as instituições da democracia liberal que garantem a prestação de contas horizontal, mas também apoiam mecanismos de democracia direta e se opõem ao regime democrático per se (Meléndez & Rovira Kaltwasser, 2021). Desse modo, a ultradireita mobiliza cidadãos com credenciais democráticas duvidosas, dispostos a outorgar mais poder a atores políticos que, se conseguirem permanecer no poder por longos períodos, podem iniciar um processo de erosão democrática que poderia inclusive conduzir ao autoritarismo (Mudde, 2019; Vachudova, 2020; Pirro & Stanley, 2022). Por sua parte, a evidência empírica existente também aponta que aqueles que são contra a ultradireita não apenas são favoráveis à democracia, mas também apoiam sua concepção liberal (Wegscheider et al., 2023). Em resumo, estudar o peso relativo daqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita é uma maneira indireta de examinar a saúde do sistema democrático.

Tendo isso em consideração, parece-nos altamente relevante analisar as atitudes democráticas dos partidários e oponentes da ultradireita na América Latina. Por um lado, a ultradireita na Argentina, Brasil e Chile é composta por líderes políticos com diferenças importantes entre si, portanto é crucial entender as opiniões dos indivíduos que os apoiam e saber qual é seu compromisso com os valores democráticos. Por outro lado, a análise dessas atitudes nos permite determinar se há homogeneidade entre aqueles que rejeitam a ultradireita em de seus valores democráticos, proporcionando um quadro mais claro da coesão ou da diversidade dentro desse grupo.

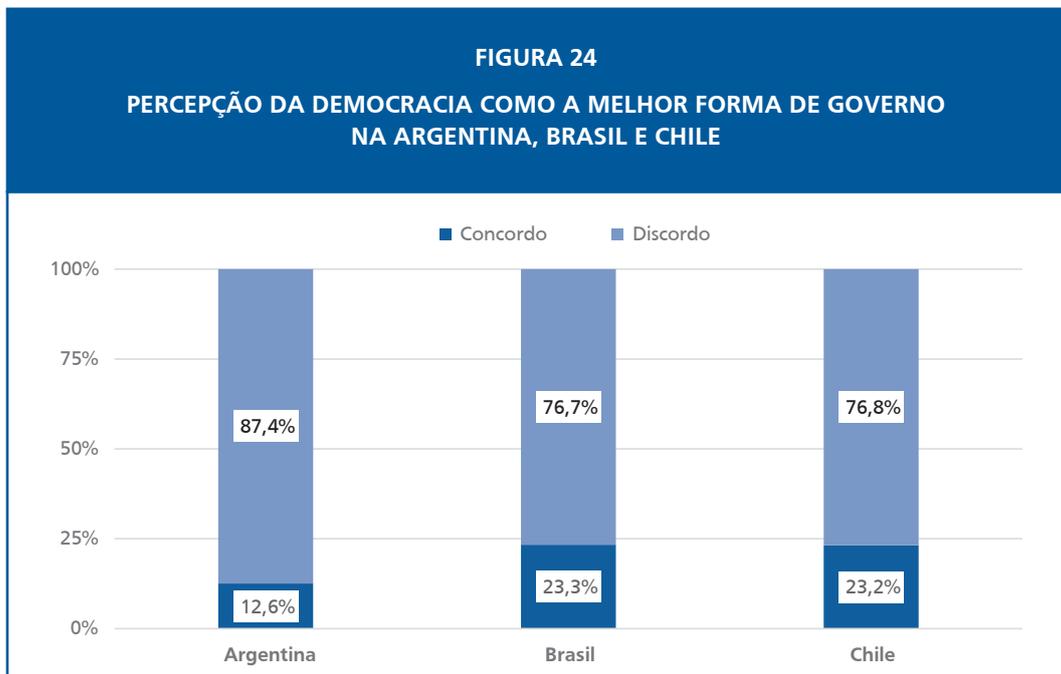
Para abordar essa questão, começamos apresentando os resultados da clássica pergunta sobre preferência de regime político. Os dados categorizam as opiniões sobre o regime político em três grupos distintos: 1) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; 2) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático; e 3) Não importa se um regime é democrático ou autoritário. Ao interpretar a Figura 23, é importante considerar que as barras “Anti” representam aqueles que rejeitam a ultradireita, “Pró” aqueles que a apoiam, e que “País” reflete os valores agregados de cada país em relação a cada uma das opções de resposta à pergunta.



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR na Argentina corresponde a 46 casos (2,53% da amostra total); no Brasil, 190 casos (9,45% da amostra total); e no Chile, 83 casos (5,58% da amostra total).

Os resultados apontam para uma tendência consistente nos três países: aqueles que apoiam a ultradireita apresentam menores níveis de apoio à democracia e maiores níveis de apoio a um regime autoritário ou indiferença à democracia. Essa tendência é particularmente perceptível no caso da Argentina. Por sua vez, também é possível observar a direção oposta: aqueles que rejeitam a ultradireita nos três países apresentam maiores índices de apoio à democracia, menores níveis de apoio ao autoritarismo e indiferença em relação à democracia. Novamente, o caso argentino se destaca nesses dados. Ao mesmo tempo, as evidências indicam que há diferenças importantes entre os três países: enquanto na Argentina aproximadamente 80% da população afirma ser a favor da democracia, esse número é de cerca de 60% no Brasil e no Chile. Isso implica que, em teoria, há mais espaço para o crescimento eleitoral das forças autoritárias no Brasil e no Chile. De fato, nesses países, aproximadamente um em cada quatro cidadãos (25% no Brasil e 29% no Chile) tem a opinião de que “um regime democrático dá na mesma que um regime autoritário”. Além dessa importante diferença, essa primeira evidência empírica revela que os casos em questão se comportam de maneira similar ao que os estudos acadêmicos descobriram em outras latitudes, isto é, que os eleitores que favorecem a ultradireita são caracterizados por um nível mais baixo de adesão à democracia do que a maioria dos cidadãos.

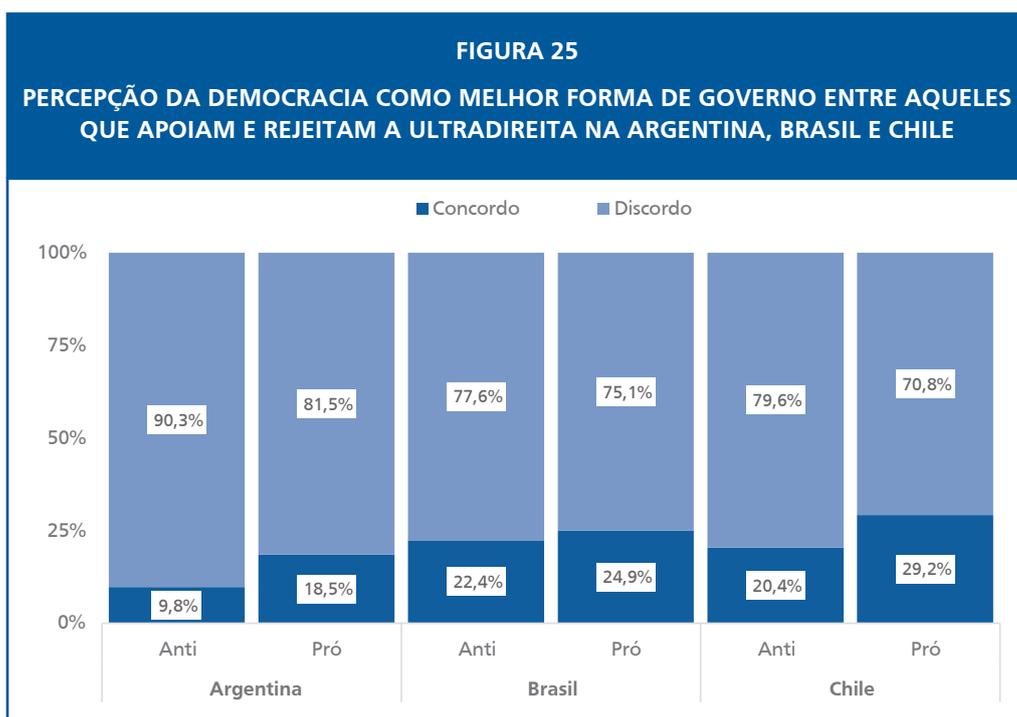
Para aprofundar essa questão, a Figura 24 exhibe os níveis de acordo e desacordo com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo na Argentina, no Brasil e no Chile. Em nível nacional, os três países mostram uma tendência similar, com uma proporção significativa de cidadãos que concordam com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo: 87,4% na Argentina, 76,7% no Brasil e 76,8% no Chile. Por outro lado, a porcentagem de indivíduos que discordam dessa afirmação é menor na Argentina – cerca de 13% – enquanto no Chile e no Brasil é consideravelmente maior, chegando a 23%. Essa constatação reforça o que foi mostrado anteriormente, a respeito de que há potencialmente mais espaço para o apoio popular ao autoritarismo no Brasil e no Chile do que na Argentina.



Fonte: Elaboração própria. NS/NR na Argentina corresponde a 65 casos (3,57% do total da amostra); no Brasil, 89 casos (9,45% do total da amostra); e no Chile, 81 casos (5,44% do total da amostra).

A Figura 25 proporciona informações sobre a mesma pergunta, mas entre diferentes grupos na Argentina, no Brasil e no Chile. Como nas análises apresentadas anteriormente, os dados estão desagregados entre aqueles que apoiam (Pró) e aqueles que rejeitam (Anti) a ultradireita. Como podemos ver, na Argentina, 9,8% dos indivíduos que se opõem à ultradireita (Anti) estão em desacordo com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, enquanto 90,3% estão de acordo. Entre aqueles que apoiam a ultradireita (Pró), 18,5% discordam e 81,5% concordam. No Brasil, 22,4% dos indivíduos que se opõem à ultradireita (Anti) discordam da afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, enquanto 77,6% concordam. Por outro lado, entre aqueles que apoiam a ultradireita (Pró), 24,9% discordam e 75,1% concordam. No Chile, 20,4% dos indivíduos que se opõem à ultradireita (Anti) estão em desacordo com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, enquanto 79,6% concordam. Entre aqueles que apoiam à ultradireita (Pró), 29,2% discordam e 70,8% estão de acordo.

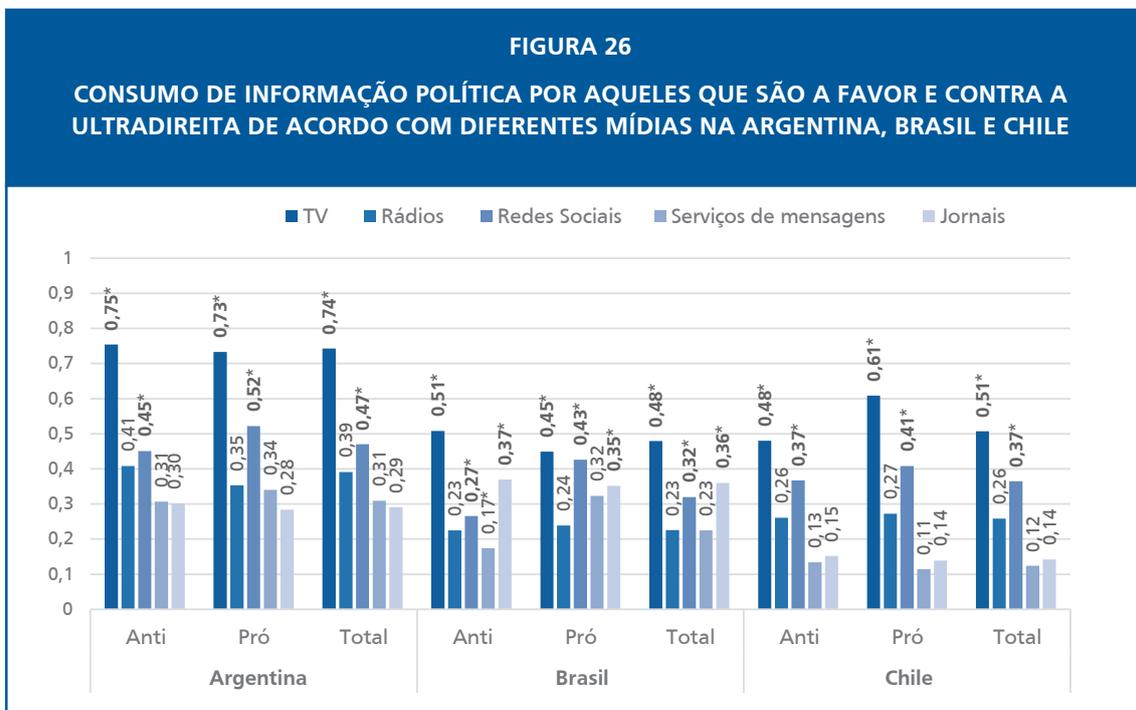
Em resumo, esses dados reforçam a conclusão enunciada anteriormente: tudo indica que o eleitor favorável à ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile tem menos credenciais democráticas do que o eleitor contrário à ultradireita. A diferença entre um eleitor e outro é particularmente acentuada na Argentina e no Chile, sendo muito menor no caso brasileiro.



Fonte: Elaboração própria. NS/NR na Argentina corresponde a 46 casos (2,53% do total da amostra); no Brasil, 190 casos (9,45% do total da amostra); e no Chile, 83 casos (5,58% do total da amostra).

Por fim, antes de finalizar esta seção sobre democracia, estamos interessados em examinar o consumo de conteúdo político em jornais, televisão, rádio, redes sociais e serviços de mensagens de texto para identificar as diferenças entre os eleitores a favor e contra de três candidatos da ultradireita na América Latina: Javier Milei, Jair Bolsonaro e José Antonio Kast. O motivo para isso é que parte importante do debate sobre a ultradireita geralmente anda de mãos dadas com o surgimento de novas tecnologias que acabam facilitando a mobilização de (novos) eleitores. Embora exista um relativo consenso de que as posições adotadas pela mídia tradicional ajudam a legitimar ou não as forças de ultradireita (Ellinas, 2010; Mudde, 2019), há um crescente debate acadêmico sobre o papel que podem estar desempenhando as redes sociais e os serviços de mensagens no crescimento eleitoral da ultradireita. Para tentar abordar essa questão, o questionário aplicado na Argentina, no Bra-

sil e no Chile incluiu uma pergunta em que os entrevistados indicavam com que frequência eles se informavam sobre política por meio de jornais, televisão, rádio, redes sociais como Twitter, Facebook, Instagram e TikTok, e por meio de serviços de mensagens como WhatsApp ou Telegram. A escala utilizada variou do menor ao maior uso, sendo que as opções eram diariamente, algumas vezes por semana, esporadicamente ou nunca. Com o objetivo de mostrar os dados de uma forma mais simples, a seguir (Figura 26) apresentamos as médias de consumo de mídia e, como nos gráficos anteriores, mostramos os valores para aqueles que são a favor da ultradireita (Pró), aqueles que são contra a ultradireita (Anti) e a média para cada país (total).



Fonte: Elaboração própria. *Diferença estatisticamente significativa a 95%. NS/NR da Argentina corresponde a 13 casos (0,71% do total da amostra); do Brasil, 13 casos (0,65% do total da amostra); e do Chile, 19 casos (1,28% do total da amostra).

Ao comparar os três países, podemos observar que em todos eles a maioria das pessoas se informa sobre política por meio da televisão, o que é particularmente notório no caso da Argentina. O segundo meio mais usado são as redes sociais, seguidas de perto pelo rádio, embora no Brasil os jornais, e não o rádio, sejam o terceiro meio mais usado para informações sobre política. Por fim, os serviços de mensagens são os menos usados para informações políticas nos três países, embora estejam no mesmo nível dos rádios no Brasil e dos jornais na Argentina e no Chile. No entanto, também é interessante observar os perfis daqueles que apoiam e se opõem à ultradireita em cada um desses países.

No que se refere a informação política obtida através dos jornais, na Argentina e no Brasil há um número maior de apoiadores e que rejeitam a ultradireita do que no Chile. O caso do Brasil mostra as médias nacionais mais altas (0,36), enquanto no caso do Chile, os eleitores que apoiam José Antonio Kast mostram valores mais baixos (0,14) em nível nacional.

Com respeito às informações políticas obtidas pela televisão, observam-se números elevados na Argentina, tanto entre os que apoiam como entre os que rejeitam a ultradireita. Por sua parte, no Brasil, tanto os apoiadores quanto os opositores de Jair Bolsonaro também consomem informações políticas pela televisão, com diferenças médias significativas de 0,44 e 0,50, respectivamente. Enquanto isso, no Chile, os eleitores a favor de José Antonio Kast têm valores significativamente mais altos (0,60) do que aqueles contra ele (0,48). Esse alto consumo sugere que a televisão ainda é relevante como fonte de informações políticas, provavelmente por causa de sua acessibilidade e impacto visual.

Ao analisar o consumo de conteúdo político no rádio, não foram observadas diferenças significativas entre os grupos analisados, o que poderia indicar que o rádio desempenha um papel menos central nas práticas de consumo de mídia desses eleitores, em comparação com a televisão e as redes sociais. A análise do consumo de notícias políticas nas redes sociais na Argentina mostra que tanto os apoiadores quanto os opositores de Javier Milei são muito ativos, com diferenças médias significativas de 0,52 e 0,45, respectivamente. No caso do Brasil, os cidadãos pró-Bolsonaro também mostram um uso intensivo das redes sociais para consumir conteúdo político, com uma média de 0,43, enquanto os eleitores anti-Bolsonaro mostram um número muito menor, com uma média de 0,27. Essa descoberta corrobora estudos anteriores que mostram que o apoio a Bolsonaro está fortemente vinculado ao uso de redes sociais (Mundim et al., 2022; Ricard & Medeiros, 2020). Finalmente, a evidência para o Chile também mostra um padrão semelhante: aqueles que apoiam a ultradireita se informam mais sobre política por meio das redes sociais do que aqueles que são contra a ultradireita. Esses valores revelam, portanto, que as redes sociais constituem uma plataforma crucial para a

disseminação e o consumo de informações políticas entre os eleitores de ultradireita, permitindo a interação rápida e a ampla divulgação de discursos, ideias e imagens.

Por fim, a questão da informação política por meio de serviços de mensagens é bastante interessante porque revela diferenças importantes entre os três estudos de caso. Na Argentina e no Chile, observa-se que tanto os partidários quanto os opositores da ultradireita fazem pouco uso dos serviços de mensagens, mas no Brasil fica evidente que os partidários da ultradireita fazem muito mais uso dos serviços de mensagens do que os que são contra. Consequentemente, a evidência levantada sugere que apenas no Brasil há uma relação clara entre informações políticas por meio de mídias como WhatsApp ou Telegram e a ultradireita, o que reforça as conclusões de estudos acadêmicos sobre o fenômeno do Bolsonaro.

7.

CONCLUSÕES

Durante a década de 2000, a política na América Latina foi marcada pela chamada “onda rosa”: uma guinada para governos de centro-esquerda em quase todos os países da região. Hoje em dia, a situação é diferente, com os líderes de ultradireita ocupando as manchetes. Essa onda de ultradireita, observada anteriormente na Europa e, mais recentemente, nos Estados Unidos, nos dias de hoje parece estar ganhando espaço também na América Latina. Basta pensar na ascensão de figuras como Jair Bolsonaro no Brasil, Nayib Bukele em El Salvador e Javier Milei na Argentina. Por sua vez, a ultradireita vem ampliando seu peso eleitoral em países como Chile (José Antonio Kast e o Partido Republicano) e, em menor medida, no Peru (Rafael López Aliaga e Renovación Popular) e no Uruguai (Guido Manini Ríos e Cabilado Abierto). Estudos anteriores da Friedrich-Ebert-Stiftung analisaram esses diferentes casos, fornecendo uma visão geral dos atores que estão articulando ideias de ultradireita na América Latina.

Entretanto, até o momento, temos poucas informações empíricas comparativas sobre quem são os eleitores a favor e contra a ultradireita na América Latina. Diferentemente, na Europa e nos Estados Unidos existe um crescente número de pesquisas empíricas que ajudam a compreender as características daqueles que apoiam e rejeitam a ultradireita. Tomando essas pesquisas como inspiração, neste documento de trabalho apresentamos dados recentes pesquisas de opinião pública representativas da população na Argentina, no Brasil e no Chile para analisar o perfil dos apoiadores e opositores da ultradireita nesses países. Para resumir, parece-nos importante ressaltar três achados empíricos centrais.

Em primeiro lugar, ao analisar os dados da Argentina, do Brasil e do Chile, encontramos um padrão muito similar: aproximadamente um terço do eleitorado é a favor da ultradireita e cerca de sessenta por cento é contra. Esta descoberta demonstra, portanto, que, apesar da ascensão da ultradireita na América Latina, grandes segmentos da população se opõem a ela. Essa é uma situação semelhante à observada na Europa Ocidental, onde a ultradireita conseguiu se consolidar como um ator político que mobiliza um segmento do eleitorado e, ao mesmo tempo, é rejeitada pela maioria da população (Meléndez & Rovira Kaltwasser, 2021; Rovira Kaltwasser, 2024; Wegscheider et al., 2023). Em outras palavras, a ultradireita tem a capacidade de po-

larizar o eleitorado: ela gera não apenas seguidores leais, mas também um número significativo de opositores. No entanto, à diferença da Europa, os sistemas políticos na América Latina são presidenciais e geralmente contam com segundo turno nas eleições. Isso significa que os eleitores muitas vezes têm de tomar uma decisão em um segundo turno, no qual muitos acabam votando no “mal menor”, ou seja, no candidato que lhes parece ser o menos prejudicial. Consequentemente, é preciso fazer uma distinção entre aqueles que votam em uma opção de ultradireita no primeiro turno e aqueles que votam em uma opção de ultradireita no segundo turno: enquanto no primeiro caso essas são pessoas que geralmente aderem às propostas programáticas da ultradireita, no segundo caso muitos acabam apoiando essa alternativa em vez de descartá-la em um contexto de erosão dos líderes e partidos tradicionais.

Em segundo lugar, um aspecto central da análise empírica desenvolvida por nós é que, em termos sociodemográficos, existem características singulares entre apoiadores e opositores da ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile. Assim, por exemplo, os que apoiam a ultradireita na Argentina são marcadamente os jovens, enquanto os que a rejeitam são os mais velhos. Por sua vez, os que apoiam a ultradireita no Brasil têm maiores níveis de escolaridade do que seus opositores, enquanto no Chile não há diferenças significativas entre homens e mulheres quando se trata de ser a favor ou contra esse campo ideológico. Isso significa que, em termos sociodemográficos, não é tão simples encontrar padrões comuns entre aqueles que são a favor e contra a ultradireita. Desse ângulo, acreditamos que é preciso ter muito cuidado ao fazer generalizações sobre o perfil sociodemográfico dos apoiadores e oponentes da ultradireita na América Latina. Algumas pesquisas para a Europa apresentam um argumento similar e enfatizam a necessidade de prudência ao identificar um tipo de “eleitor típico” da ultradireita que seja análogo em todos os contextos nacionais (Rooduijn, 2017). No entanto, consideramos relevante destacar que uma das poucas semelhanças identificadas diz respeito à sobre-representação da população evangélica entre os apoiadores da ultradireita nos três países. Isso indica que parece haver uma ligação direta entre o nível e o tipo de religiosidade ao assumir um posicionamento a favor da ultradireita na América Latina. Como demonstraram recentemente Smith e Boas (2024), essa ligação entre a ultradireita e a religião é explicada pelo

peso crescente dos debates sobre “política sexual” (aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e questões de gênero), que facilitam um processo de realinhamento eleitoral no âmbito da cidadania.

Em terceiro e último lugar, parece relevante destacar que, embora existam diferenças sociodemográficas significativas entre os apoiadores e opositores da ultradireita na Argentina, Brasil e Chile, são identificadas semelhanças ideológicas importantes. De fato, nesses três países, observamos que aqueles que apoiam a ultradireita diferem daqueles que a rejeitam por: a) apresentarem níveis mais baixos de adesão à democracia, b) manterem posições muito conservadoras sobre questões como aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo, c) defenderem posições marcadamente a favor do livre mercado, d) exigirem medidas duras para combater o crime, e) terem uma propensão ao antifeminismo e f) serem contrários à imigração. Por sua vez, a evidência empírica que apresentamos indica que os partidários da ultradireita nesses três países são mais frequentemente informados sobre política por redes sociais como Twitter, Facebook, Instagram e TikTok do que aqueles que são contra a ultradireita. Consequentemente, as evidências empíricas sugerem que, em um nível ideológico, a ultradireita nesses três países parece estar mobilizando um tipo específico de eleitores, que parecem ter seu próprio padrão de informação política. Essas constatações são semelhantes às existentes para a ultradireita em outras partes do mundo (Van Hauwaert & van Kessel, 2018; van Kessel et al., 2020; van der Brug et al., 2000), reforçando, assim, a tese de que uma parte importante do apoio à ultradireita se deve à combinação de um conjunto de ideias radicais de direita que fazem sentido para um segmento importante do eleitorado.

Para encerrar, estamos interessados em reforçar a necessidade de um diálogo sobre a ascensão da ultradireita e seu impacto sobre a democracia que se baseie em evidências empíricas no lugar de preconceitos ou posições altamente normativas. Embora seja verdade que há todos os motivos para se preocupar com a penetração da ultradireita na América Latina, devemos avançar na compreensão desse fenômeno em vez de negligenciá-lo. Seu surgimento se deve a mudanças no eleitorado e na competição política que devemos estudar em detalhes, para não acabar julgando negativamente aqueles que apoiam essas forças políticas. De fato, vale a pena perguntar quais falhas no sistema democrático e no mundo progressista facilitaram a ascensão de atores e ideias de ultradireita. Entender isso é fundamental para poder desenvolver estratégias precisas para defender a democracia e elaborar propostas programáticas que consigam mobilizar amplos segmentos do eleitorado que parecem ser contrários à ultradireita.

REFERENCIAS

- Akkerman, T., de Lange, S. & Rooduijn, M.** (Eds.) (2016, mayo). *Radical right-wing populist parties in Western Europe: Into the mainstream?* Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315687988>
- Allen, T. J., & Goodman, S. W.** (2021, mayo). Individual- and party-level determinants of far-right support among women in Western Europe. *European Political Science Review*, 13 (2), 135-150. <https://doi.org/10.1017/S1755773920000405>
- Alves, J. A. & Hunter, W.** (2017, julio). From right to left in Brazil's northeast: Transformation, or "Politics as usual"? *Comparative Politics*, 49 (4), 437-455. <http://www.jstor.org/stable/26330982>
- Arzheimer, K. & Bernemann, T.** (2024, mayo). 'Place' does matter for populist radical right sentiment, but how? Evidence from Germany. *European Political Science Review*, 16 (2), 167-186. <http://doi.org/10.1017/S1755773923000279>
- Bale, T. & Rovira Kaltwasser, C.** (Eds.) (2021). *Riding the populist wave: Europe's mainstream right in crisis*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009006866>
- Biroli, F., & Caminotti, M.** (2020, marzo). The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender*, 16 (1), E1. <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045>
- Boas, T. C.** (2023, enero). *Evangelicals and electoral politics in Latin America: A kingdom of this world*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009275088>
- Bustikova, L.** (2020). *Extreme reactions: Radical right mobilization in Eastern Europe*. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/9781108697248>
- de la Cerda, N.** (2022, febrero). Unstable identities: The decline of partisanship in contemporary Chile. *Journal of Politics in Latin America*, 14 (1), 3-30. <https://doi.org/10.1177/1866802X211069378>
- de Micheli, D.** (2023, noviembre). Bolsonaro and the black vote: Racial voting in Brazil's 2018 election. *Latin American Politics & Society*, 65 (4), 1-25. <https://doi.org/10.1017/lap.2023.8>
- Ellinas, A. A.** (2010, mayo). *The media and the far right in Western Europe. Playing the nationalist card*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511676017>
- Follmann, J. I.** (2017, marzo). Brazil, Catholic religion and education: Challenges and prospects. *International Studies in Catholic Education*, 9 (1), 76-88. <https://doi.org/10.1080/19422539.2017.1286912>
- Gidron, N. & Hall, P. A.** (2017, noviembre). The politics of social status: Economic and cultural roots of the populist right. *The British Journal of Sociology*, 68 (S1), S57-S84. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-4446.12319>
- Gidron, N. & Ziblatt, D.** (2019, mayo). Center-right political parties in advanced democracies. *Annual Review of Political Science*, 22, 17-35. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-090717-092750>
- Harteveld, E., & Ivarsflaten, E.** (2018, abril). Why women avoid the radical right: Internalized norms and party reputations. *British Journal of Political Science* 48 (2), 369-384. <https://doi.org/10.1017/S0007123415000745>
- Harteveld, E., Mendoza, P., Rooduijn, M.** (2022a, octubre). Affective polarization and the populist radical right: Creating the hating? *Government and Opposition*, 57 (4), 703-727. <https://doi.org/10.1017/gov.2021.31>
- Harteveld, E., van der Brug, W., de Lange, S. & van der Meer, T.** (2022b, mayo). Multiple roots of the populist radical right: Support for the Dutch PVV in cities and the countryside. *European Journal of Political Research*, 61 (2), 440-461. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12452>
- Layton, M. L., Smith, A. E., Moseley, M. W. & Cohen, M. J.** (2021, enero). Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil's 2018 presidential election. *Research and Politics*, 8 (1), 1-7. <https://doi.org/10.1177/2053168021990204>
- Limongi, F. & Guarnieri, F.** (2015, enero-abril). Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. *Opinião Pública*, 21 (1), 60-86. <https://doi.org/10.1590/1807-019121160>
- Lupu, N.** (2015). Partisanship in Latin America. En R. E. Carlin, M. M. Singer & E. J. Sechmeister (Eds.). *The Latin American voter: Pursuing representation and accountability in challenging contexts* (pp. 226-245). University of Michigan Press. <https://doi.org/10.3998/mpub.8402589>
- Mainwaring, S.** (2018). Party system institutionalization in contemporary Latin America. En S. Mainwaring (Ed.) *Party systems in Latin America: Institutionalization, decay, and collapse* (pp. 34-70). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316798553.003>
- Meléndez, C., & Rovira Kaltwasser, C.** (2021, marzo). Negative partisanship towards the populist radical right and democratic resilience in Western Europe. *Democratization*, 28 (5), 949-969. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13510347.2021.1883002>
- Mudde, C.** (2007). *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>
- . (2013). Three decades of populist radical right parties in Western Europe: So what? *European Journal of Political Research*, 52 (1), 1-19. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2012.02065.x>
- . (2019). *The far right today*. Polity Press.
- Mudde, C. & Rovira Kaltwasser, C.** (2017). *Populism. A very short introduction*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/actrade/9780190234874.001.0001>
- Mundim, P. S., Vasconcellos, F. & Okado, L.** (2022). Social networks and mobile instant messaging services in the election of Jair Bolsonaro as president of Brazil in 2018. *Dados*, 66 (2), 1-37. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.291>

- Patana, P.** (2022, septiembre). Residential constraints and the political geography of the populist radical right: Evidence from France. *Perspectives on Politics*, 20 (3), 842-859. <https://doi.org/10.1017/S153759272100219X>
- Pirro, A. L. P. & Stanley, B.** (2022, marzo): Forging, bending, and breaking: Enacting the “illiberal playbook” in Hungary and Poland. *Perspectives on Politics*, 20 (1), 86-101. <https://doi.org/10.1017/S1537592721001924>
- Rennó, L.** (2023, noviembre): *La ultraderecha en Brasil. De Bolsonaro al bolsonarismo*. Fundación Friedrich Ebert. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20672.pdf>
- Ricard, J., & Medeiros, J.** (2020, abril). Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 1 (2). <https://doi.org/10.37016/mr-2020-013>
- Rooduijn, M.** (2017, junio). What unites the voter bases of populist parties? Comparing the electorates of 15 populist parties. *European Political Science Review*, 10 (3), 351-368. <https://doi.org/10.1017/S1755773917000145>
- Rosenblatt, F.** (2018). *Party vibrancy and democracy in Latin America*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190870041.001.0001>
- Rovira Kaltwasser, C.** (2023a): El ascenso de la ultraderecha en América Latina: inesperado, rápido y duradero. *LASA Forum*, 54 (4), 9-15. <https://forum.lasaweb.org/files/vol54-issue4/dossier-2.pdf>
- . (2023b, noviembre): *La ultraderecha en América Latina: definiciones y explicaciones*. Fundación Friedrich Ebert. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20670.pdf>
- . (2024, febrero). *The transformation of the mainstream right in Europe. Implications for Social democracy*. Foundation for European Progressive Studies. <https://feps-europe.eu/publication/the-transformation-of-the-mainstream-right-in-western-europe/>
- Rovira Kaltwasser, C., Salas Lewin, R. & Zanotti, L.** (2024, julio). Supporting and rejecting the populist radical right: Evidence from contemporary Chile. *Nations and Nationalism*, 30 (3), 458-475. <https://doi.org/10.1111/nana.13015>
- Sanahuja, J. A., & López Burian, C.** (2021). Latin American neo-patriot far-right: between the crisis of globalisation and regional political processes. En G. Pereyra Doval & G. Souroujon (Eds.). *Global resurgence of the right: Conceptual and regional perspectives* (pp. 98-122). Routledge. <http://dx.doi.org/10.4324/9781003100423-6>
- Sanahuja, J. A., López Burian, C., & Vitelli, M.** (2023, abril). The rise of the new far right in Latin America. Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. En R. Pinheiro-Machado & T. Vargas-Maia (Eds.). *The rise of the radical right in the global south* (pp. 112-124). Routledge. <http://dx.doi.org/10.4324/9781003193012-7>
- Schumacher, G. & van Kersbergen, K.** (2016). Do mainstream parties adapt to the welfare chauvinism of populist parties? *Party Politics*, 22 (3), 300-312. <https://doi.org/10.1177/1354068814549345>
- Setzler, M. & Yanus, A.** (2018, julio). Why did women vote for Donald Trump? *PS: Political Science & Politics*, 51 (3), 523-527. <https://doi.org/10.1017/S1049096518000355>
- Smith, A. E. & Boas, T. C.** (2024, julio). Religion, sexuality politics, and the transformation of Latin American electorates. *British Journal of Political Science*, 54 (3), 816-835. <https://doi.org/10.1017/S0007123423000613>
- Vachudova, M. A.** (2020, julio). Ethnopolitism and democratic backsliding in Central Europe. *East European Politics*, 36 (3), 318-340. <https://doi.org/10.1080/21599165.2020.1787163>
- van der Brug, W., Fennema, M. & Tillie, J.** (2000, enero). Anti-immigrant parties in Europe: Ideological or protest vote? *European Journal of Political Research*, 37 (1), 77-102. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.00505>
- van Dyck, B.** (2018). Why party organization still matters: The Workers’ Party in northeastern Brazil. *Latin American Politics and Society*, 56 (2), 1-26. <https://doi.org/10.1111/lj.1548-2456.2014.00229.x>
- van Hauwaert, S. M. & van Kessel, S.** (2018, junio). Beyond protest and discontent: A crossnational analysis of the effect of populist attitudes and issue positions on populist party support. *European Journal of Political Research*, 57 (1), 68-92. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12216>
- van Kessel, S., Sajuria, J. & van Hauwaert, S. M.** (2020, enero). Informed, uninformed or misinformed? A cross-national analysis of populist party supporters across European democracies. *West European Politics*, 44 (3), 585-610. <https://doi.org/10.1080/01402382.2019.1700448>
- Vommaro, G.** (2023, noviembre). *La ultraderecha en Argentina: Entre el oportunismo y la innovación de Milei*. Fundación Friedrich Ebert. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20671.pdf>
- Wegscheider, C., Rovira Kaltwasser, C. & van Hauwaert, S. M.** (2023, mayo). How citizens’ conceptions of democracy relate to positive and negative partisanship towards populist parties. *West European Politics*, 46 (7), 1235-1263. <https://doi.org/10.1080/01402382.2023.2199376>
- Zanotti, L.** (2023, noviembre). *La ultraderecha en Chile: Entre punitivismo, defensa de los valores tradicionales y neoliberalismo*. Fundación Friedrich Ebert. <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20673.pdf>
- Zanotti, L. y Roberts, K. M.** (2021). (Aún) la excepción y no la regla: La derecha populista radical en América Latina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 30 (1), 23-48. <https://doi.org/10.26851/rucep.30.1.2>
- Ziblatt, D.** (2017). *Conservative Parties and the Birth of Democracy*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781139030335>

O seguinte estudo é parte de uma cooperação entre a Fundação Friedrich-Ebert e o Laboratório para o Estudo da Ultradireita (www.ultra-lab.cl), cujo financiamento vem principalmente de um projeto de pesquisa concedido pela Open Society Foundations (OR2023-89274) à Pontificia Universidade Católica do Chile PUC-Chile.

AUTORES

Cristóbal Rovira Kaltwasser. Doutor em Ciência Política pela Universidade Humboldt de Berlim, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Chile (UC), pesquisador do Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social (COES) e diretor Laboratório para o Estudo da Ultra-Direita (ultra-lab).

Gonzalo Espinoza. Cientista político e mestre em Psicologia pela Universidade Diego Portales (UDP), pesquisador associado do Núcleo do Milênio para o Estudo da Política, Opinião Pública e Mídia no Chile (NCS_2021_063) e pesquisador do Laboratório para o Estudo da Ultra-Direita (ultra-lab).

Carlos Meléndez. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Notre Dame (Indiana, EUA), professor associado da Universidade Diego Portales (UDP), pesquisador do Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social (COES) e pesquisador do Laboratório de Estudos da Ultra-Direita (ultra-lab).

Talita Tanscheit. Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), professora assistente da Universidad Alberto Hurtado (UAH) e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Ultra-Direita (ultra-lab).

Lisa Zanotti. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de Leiden (Holanda), e em Ciência Política pela Universidade Diego Portales (Chile), professora assistente da Escola de Ciência Política da Universidade Diego Portales (UDP), pesquisadora do Centro de Estudios de Conflicto y Cohesión Social (COES) e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Ultra-Direita (ultra-lab).

FICHA TÉCNICA

Fundação Friedrich Ebert - Chile
Hernando de Aguirre 1320 | Providencia | Santiago de Chile

Responsável:
Dr. Cäcilie Schildberg
Representante da FES-Chile

<https://chile.fes.de>
<https://fesminismos.fes.de/>

Edição de conteúdo em espanhol:
Arlette Gay
Diretora de projetos FES-Chile

Revisão em espanhol:
Guillermo Riveros Álvarez

—

Fundação Friedrich Ebert - Brasil
Avenida Paulista, 2001 – conj. 1313, São Paulo/SP
Responsáveis:

Jan Souverein, Representante e Diretor-Geral da FES-Brasil
Willian Habermann, Diretor de Projetos FES-Brasil

<https://brasil.fes.de/>
fesbrasil@fes.de

Edição de conteúdo em português:
Willian Habermann
Diretor de projetos FES-Brasil

Revisão da versão em português:
Talita Tanscheit

Tradução:
Celina Lagrutta

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

APOIO E REJEIÇÃO À ULTRADIREITA

Estudo comparado sobre Argentina, Brasil e Chile



Analisando os dados recentes da opinião pública da Argentina, Brasil e Chile, encontramos um padrão semelhante nos três países: cerca de um terço do eleitorado é a favor da ultradireita e cerca de sessenta por cento é contra. Essa constatação demonstra, portanto, que, apesar do crescimento da ultradireita na América Latina, grandes segmentos da cidadania se opõem a essa força política.



Em termos sociodemográficos, os apoiadores e opositores da ultradireita na Argentina, no Brasil e no Chile apresentam diferenças significativas. Por exemplo, os que apoiam a ultradireita na Argentina são marcadamente os jovens, enquanto os que a rejeitam são os mais velhos. Por sua vez, os que apoiam a ultradireita no Brasil têm maiores níveis de escolaridade do que seus opositores, enquanto no Chile não há diferenças significativas entre homens e mulheres quando se trata de ser a favor ou contra esse campo ideológico. Isso significa que, em termos sociodemográficos, não é tão simples encontrar padrões comuns entre aqueles que são a favor e contra a ultradireita. Uma das poucas semelhanças importantes a serem observadas é que a população evangélica está sobrerrepresentada entre os apoiadores da ultradireita nos três países.



Embora existam diferenças sociodemográficas significativas entre os apoiadores da ultradireita na Argentina, Brasil e Chile, seus eleitores são caracterizados por apresentarem níveis mais baixos de adesão à democracia do que a maioria dos cidadãos; por manterem posições muito conservadoras sobre questões como aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo; por defenderem posições marcadamente a favor do livre mercado; e por exigirem medidas duras para combater o crime. Por sua vez, as evidências empíricas sugerem que, em um nível ideológico, a ultradireita nesses três países parece estar mobilizando um tipo específico de eleitores, que se assemelham àqueles que apoiam a ultradireita em outras partes do mundo.